



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LUIZ FELIPE MEDEIROS SILVA

**CRISE E RESISTÊNCIA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE
BRASILEIRO (1990 - 2020)**

**NATAL – RN
2025**

LUIZ FELIPE MEDEIROS SILVA

**CRISE E RESISTÊNCIA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE
BRASILEIRO (1990 - 2020)**

Monografia de graduação apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Unidade Acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Denílson Araújo.

**NATAL – RN
2025**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Silva, Luiz Felipe Medeiros.

Crise e resistência da indústria de transformação no Nordeste brasileiro (1990 - 2020) / Luiz Felipe Medeiros Silva. - Natal, 2025.

72f.: il.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Ciências Econômicas. Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Denílson da Silva Araújo.

1. Ciências econômicas - Monografia. 2. Indústria de transformação - Monografia. 3. Nordeste - Monografia. 4. Desenvolvimento regional - Monografia. I. Araújo, Denílson da Silva. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 330.34(812/813)

LUIZ FELIPE MEDEIROS SILVA

**CRISE E RESISTÊNCIA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE
BRASILEIRO (1990 - 2020)**

Monografia de graduação apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Unidade Acadêmica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como exigência para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 11/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Denílson da Silva Araújo (Orientador)

DEPEC-UFRN

Prof. Dr. Marconi Gomes da Silva (Examinador Interno)

DEPEC-UFRN

**NATAL – RN
2025**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, presença constante nos meus dias, por me sustentar quando as palavras faltavam, por me dar saúde, força e serenidade.

Aos meus pais, Aluizio e Rosilda. A vocês, devo tudo: os princípios, o exemplo, a coragem e o afeto que me moldaram. Cada passo que dei até aqui carrega o cuidado diário e o amor incondicional que sempre recebi em casa. Ao meu irmão Pedro, pela parceria e por sempre ter sido um exemplo de coragem e hombridade.

À minha namorada, Dayse, por caminhar ao meu lado com paciência e cuidado. Sua confiança e incentivo foram determinantes para que esta monografia acontecesse. Obrigado por ser parte essencial desta jornada.

Ao professor Denilson, obrigado por ter acreditado neste trabalho desde o início, por respeitar minha forma de escrever, por cada leitura atenta e por cada conversa que me fez enxergar mais longe. Sua orientação foi um gesto de confiança que jamais esquecerei.

Aos amigos da UFRN, especialmente ao grupo ADMFIN, por cada risada e cada desabafo ao longo desta caminhada, que certamente foi mais leve porque foi compartilhada com vocês.

Aos colegas do IBGE, o grupo das Pesquisas Econômicas, por dividirem comigo o peso das tarefas e, mais importante, a leveza das pausas. Obrigado por me lembrarem, todos os dias, que o trabalho também pode ser divertido e agradável.

Aos meus tios Rosineide e Manoel Bernardo, por todo incentivo, carinho e por sempre estarem ao meu lado.

E a todas as pessoas que passaram por este percurso, algumas por um instante, outras por longos trechos, minha gratidão. Cada palavra de apoio, cada gesto de confiança, cada olhar que disse “vai dar certo” deixaram marcas que também estão presentes aqui.

Este trabalho também é um reencontro com tudo aquilo que me trouxe até aqui. E, por isso, a todos que fizeram parte desta travessia, meu mais sincero muito obrigado.

“Para o triunfo do mal só é preciso que os bons
homens não façam nada.”

(Edmund Burke)

SILVA, L. F. M. **CRISE E RESISTÊNCIA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE BRASILEIRO (1990–2020)**. Monografia (Bacharelado), Curso de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

RESUMO

Este trabalho analisa, em perspectiva histórica e empírica, a trajetória da indústria de transformação no Nordeste brasileiro entre 1990 e 2020, considerando três momentos centrais: a abertura econômica dos anos 1990, os esforços de reindustrialização nos anos 2000 e a recessão pós-2014. Com base em dados regionais, gráficos, estudos setoriais e referências teóricas, investigam-se os impactos das políticas econômicas sobre a base industrial da região, marcada por desigualdades estruturais, baixa densidade tecnológica e forte dependência de incentivos fiscais. O estudo evidencia as estratégias de adaptação, a resistência de determinados setores produtivos e o papel de políticas públicas como o FNE. Conclui-se que, apesar da tendência à desindustrialização, ainda persistem dinâmicas produtivas enraizadas territorialmente. A monografia defende a urgência de uma política industrial nacional integrada e sensível às especificidades regionais, capaz de reposicionar a indústria nordestina dentro de um novo projeto de desenvolvimento para o país.

Palavras-chave: Indústria de Transformação; Nordeste; Crise Econômica; Guerra Fiscal; Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

This monograph analyzes, from a historical and empirical perspective, the trajectory of the manufacturing industry in Brazil's Northeast between 1990 and 2020, focusing on three key moments: the trade liberalization of the 1990s, reindustrialization efforts during the 2000s, and the post-2014 economic recession. Based on regional data, sectoral studies, graphs and theoretical references, the research examines the effects of national economic policies on the region's industrial base, marked by structural inequalities, low technological density and strong dependence on fiscal incentives. The study highlights adaptation strategies, the resilience of certain industrial sectors, and the role of public policies such as the Northeast Constitutional Financing Fund (FNE). It concludes that, despite the trend toward deindustrialization, territorially rooted productive dynamics still persist. The work advocates for a nationally coordinated industrial policy that is sensitive to regional specificities and capable of repositioning the Northeast's industry within a broader development agenda for the country.

Keywords: Manufacturing Industry; Northeast Brazil; Economic Crisis; Fiscal Competition; Regional Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil, Nordeste e Estados: taxa média anual de crescimento do PIB (1970/1995)	19
Tabela 2 - Composição do Valor Adicionado Total por Atividades dos Estados da Região Nordeste - Média de 2002 a 2020 – Em %.....	36
Tabela 3 - Emprego nas Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral por Região e Estado — 1989/97.....	56
Tabela 4 - Estabelecimentos nas Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral por Região e Estado — 1989/97.....	57
Tabela 5 – Participação Percentual dos Setores nos Financiamentos do FNE na Região Nordeste - Período 2010-2014 e 2015-2019.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação da Indústria de Transformação Brasileira no PIB.....	21
Gráfico 2 - Participação do Nordeste no PIB Nacional (1990–2020).....	34
Gráfico 3 - Distribuição do PIB entre os Estados do Nordeste (Média de 1990 - 2020).....	35
Gráfico 4 - Participação Média dos Gêneros Industriais 1990-2019 - Brasil.....	39
Gráfico 5 - Indústrias Extrativas X Indústrias de Transformação - Participação no PIB do Nordeste (média entre 2007 - 2019).....	40
Gráfico 6 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado de Alagoas (2007 - 2019) - %.....	43
Gráfico 7 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado da Bahia (2007 - 2019) - %.....	44
Gráfico 8 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Ceará (2007 - 2019) - %.....	45
Gráfico 9 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Maranhão (2007 - 2019) - %.....	47
Gráfico 10 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado da Paraíba (2007 - 2019) - %.....	48
Gráfico 11 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado de Pernambuco (2007 - 2019) - %.....	49
Gráfico 12 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Piauí (2007 - 2019) - %.....	50
Gráfico 13 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Rio Grande do Norte (2007 - 2019) - %.....	52
Gráfico 14 - Participação média dos gêneros da Indústria de Transformação no estado de Sergipe (2007 - 2019) - %.....	53
Gráfico 15 - Criação de emprego formal — Nordeste X Brasil (jan./2001-mar./2010).....	59
Gráfico 16 - Produção Industrial, Brasil e Nordeste (fev./2007-fev./2010).....	60
Gráfico 17 – Participação do Valor Adicionado da Indústria de Transformação Nordestina no Valor Adicionado da Indústria de Transformação Nacional - %.....	61
Gráfico 18 – Média da Participação dos Estados do Nordeste (PIB, População e FNE) - 2010-2019.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
AL	Alagoas
APL	Arranjo Produtivo Local
BA	Bahia
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CE	Ceará
CF	Constituição Federal
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
FDI	Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA	Maranhão
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PaqTcPB	Parque Tecnológico da Paraíba
PB	Paraíba
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PROADI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial
PROBAHIA	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento de Pernambuco
PSDI	Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RN	Rio Grande do Norte
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SE	Sergipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
VA	Valor Adicionado

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1. AS BASES DA CRISE INDUSTRIAL NO NORDESTE: ECONOMIA LIBERAL, RETRAÇÃO DO ESTADO E GUERRA FISCAL.....	17
1.1 A industrialização do Nordeste em perspectiva histórica.....	17
1.2 A abertura econômica e seus efeitos na indústria brasileira.....	20
1.3 A indústria de transformação no Nordeste: principais características e limites.....	23
1.4 O esvaziamento do papel do estado e o colapso da política regional.....	26
1.5 A guerra fiscal como reação descoordenada e desigual.....	28
1.6 Diagnóstico da crise industrial e perspectivas regionais.....	31
CAPÍTULO 2. ESTRUTURA E DINÂMICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE: CONTRASTES, GÊNEROS PREDOMINANTES E DESIGUALDADES.....	33
2.1 A indústria de transformação no Nordeste em perspectiva macrorregional.....	33
2.2 A indústria de transformação nordestina: perfil estrutural e tendências.....	38
CAPÍTULO 3. IMPACTOS DAS CRISES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NORDESTINA: QUEDAS, RESISTÊNCIA E INTERVENÇÕES.....	55
3.1 Impactos das crises econômicas na indústria de transformação nordestina.....	55
3.2 Estratégias regionais de resistência em contextos de crise.....	58
3.3 Vestígios de produção em tempos instáveis: a persistência da indústria nordestina.....	63
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

INTRODUÇÃO

Esta monografia propõe uma análise da trajetória da indústria de transformação no Nordeste brasileiro entre os anos de 1990 e 2020, período em que se intensificaram os impactos da abertura econômica, da reestruturação produtiva e da crise do modelo de industrialização dependente de incentivos. Mais do que um diagnóstico da decadência industrial, este trabalho busca compreender os elementos de resistência, adaptação e reinvenção que marcaram o setor na região Nordeste, especialmente diante de um ambiente hostil à produção e à política industrial.

O objeto de estudo concentra-se na indústria de transformação, dado seu papel central na estruturação das economias modernas e sua capacidade de articular complexas cadeias de valor, gerar empregos formais e induzir processos de inovação tecnológica.

Desde o século XX, com a tentativa de desconcentrar a atividade produtiva do eixo Sudeste, a indústria no Nordeste foi vista tanto como uma estratégia de integração nacional quanto como uma forma de modernização econômica da própria região. A criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), nos anos 1960, e os ciclos de investimento que se seguiram marcaram momentos de avanço, mas também revelaram as dificuldades em consolidar um parque industrial robusto e articulado com as dinâmicas do Nordeste. A industrialização nordestina, em grande medida, foi impulsionada por políticas públicas e por incentivos que, apesar de significativos, nem sempre produziram efeitos sustentáveis.

O ponto de partida da análise que se pretende realizar é a década de 1990, marcada pela implementação de reformas de cunho liberal, como a abertura comercial, a desregulamentação da economia e a retração do Estado como indutor direto da industrialização (SANTOS; SILVA, 2010). Esse período representou uma mudança profunda na orientação macroeconômica do país e teve efeitos contundentes sobre o setor industrial, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas. A desproteção tarifária e o novo padrão de concorrência internacional atingiram uma estrutura produtiva ainda em processo de consolidação, revelando fragilidades históricas e acirrando as desigualdades regionais (SANTANA; GEIDSON, 2007).

Diante desse cenário, a guerra fiscal emerge como um mecanismo de reação por parte dos estados nordestinos. Na ausência de uma política nacional coordenada de

desenvolvimento regional, os governos estaduais passaram a competir entre si por investimentos produtivos, oferecendo incentivos fiscais e subsídios como principal atrativo (VARSAÑO, 1997). Embora essa prática tenha promovido algum crescimento localizado, ela também produziu efeitos colaterais importantes: erosão da arrecadação pública, desarticulação regional e dependência de capitais voláteis (VARSAÑO, 1997).

A trajetória recente da indústria nordestina, no entanto, não pode ser lida apenas em termos de crise. A partir dos anos 2000, com um novo ciclo de crescimento nacional e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, observam-se iniciativas de reindustrialização e diversificação produtiva, ainda que marcadas por limitações estruturais (CASTRO, 2008). O aumento do crédito, os investimentos públicos via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a valorização do mercado interno abriram uma janela de oportunidade para a expansão industrial em algumas sub-regiões do Nordeste. Contudo, a crise econômica iniciada em 2014 e aprofundada a partir de 2015 reverteu parte desses avanços.

Este trabalho parte, portanto, da hipótese de que a indústria de transformação no Nordeste não deve ser analisada apenas sob a ótica do declínio, mas também a partir das estratégias institucionais e territoriais de resistência, que se manifestam de maneira desigual entre os estados e setores (SANTANA, 2007). O foco analítico recai sobre as relações entre política econômica, disputa federativa e capacidade regional de organização produtiva.

Após essa contextualização inicial sobre a trajetória da indústria nordestina e os dilemas que envolvem seu desenvolvimento, esta monografia está organizada em três capítulos, além das considerações finais.

No Capítulo 1, intitulado “As Bases da Crise Industrial no Nordeste: economia liberal, retração do estado e guerra fiscal”, são apresentadas as referências teóricas e o contexto histórico-institucional que fundamentam a análise. O capítulo discute os impactos das reformas econômicas implementadas a partir dos anos 1990, especialmente a abertura comercial e a reorientação da política econômica nacional, com destaque para seus efeitos sobre a estrutura industrial brasileira e, em particular, sobre as regiões periféricas. Além disso, é examinada a ascensão da guerra fiscal como estratégia dos estados nordestinos para atrair investimentos produtivos, revelando os impasses e contradições desse modelo de competição.

O Capítulo 2, intitulado “Estrutura e Dinâmica da Indústria de Transformação no Nordeste: contrastes, gêneros predominantes e desigualdades”, oferece uma leitura crítica da estrutura produtiva nordestina, com base em dados empíricos e comparações interestaduais. São exploradas as disparidades na distribuição do Produto Interno Bruto (PIB) industrial, a predominância de gêneros industriais como alimentos e bebidas e a baixa presença de setores de média e alta tecnologia. O capítulo também examina o papel dos arranjos produtivos locais, os padrões de especialização regional e o impacto da dependência de incentivos fiscais. Essa análise permitiu observar como diferentes estados têm reagido, com maior ou menor sucesso, às limitações estruturais e à ausência de políticas industriais coordenadas.

No Capítulo 3, “Impactos das Crises na Indústria de Transformação Nordestina: quedas, resistência e intervenções”, a atenção se volta para os efeitos dos principais ciclos recessivos ocorridos entre 1990 e 2020. Parte-se das consequências da abertura comercial nos anos 1990 até a recessão profunda iniciada em 2014. A análise destaca a diminuição do emprego formal e da quantidade de estabelecimentos industriais, bem como os reflexos nas cadeias produtivas. Em contraponto, o texto identifica setores industriais que demonstraram capacidade de resistência, sobretudo em estados com maior sofisticação tecnológica. Examina-se também a atuação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e outras formas de estímulo público à manutenção da produção em tempos de escassez.

Por fim, as considerações finais retomam os principais achados da monografia, demonstrando que a crise da indústria nordestina não pode ser reduzida a um colapso espontâneo, mas é resultado de décadas de marginalização territorial, ausência de coordenação nacional e políticas industriais intermitentes. Ao mesmo tempo, valoriza-se a persistência de setores produtivos, especialmente aqueles com vínculos regionais e os esforços institucionais locais que apontam alternativas à estagnação. A monografia conclui pela urgência de um novo projeto de desenvolvimento regional e nacional, que reconheça a centralidade da indústria e que aposte em soluções territorializadas e integradas às vocações produtivas locais.

CAPÍTULO 1. AS BASES DA CRISE INDUSTRIAL NO NORDESTE: ECONOMIA LIBERAL, RETRAÇÃO DO ESTADO E GUERRA FISCAL

1.1 A industrialização do Nordeste em perspectiva histórica

A industrialização nordestina é um processo que, desde suas origens, carrega marcas de tensão entre o projeto nacional de desenvolvimento e as condições econômicas e sociais particulares da região. Diferente do Sudeste, onde a urbanização, a acumulação de capital e a expansão das elites industriais permitiram a formação de uma base produtiva mais complexa e autônoma, o Nordeste contou com uma trajetória marcada por forte intervenção do Estado e dependência de políticas centralizadas, que tenderam a privilegiar os capitais de outras regiões do país, notadamente do Sudeste. (APOLINÁRIO, 2000; ARAÚJO, 2010)

No período desenvolvimentista, especialmente a partir dos anos 1950, a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) representou uma tentativa de inserir a região na lógica de crescimento nacional via industrialização. Sob a liderança de Celso Furtado, o projeto da SUDENE previa não apenas o incentivo à instalação de indústrias, mas também um modelo de desenvolvimento regional integrado, capaz de romper com o ciclo de estagnação e pobreza herdado do passado agroexportador. Essa fase foi marcada por investimentos públicos direcionados, políticas de crédito específicas e incentivos fiscais, resultando na instalação de polos industriais em estados como Bahia (polo petroquímico de Camaçari), Pernambuco (indústria de bens de consumo) e Ceará (setor têxtil). (ARAÚJO, 2010)

Apesar desses avanços, a industrialização nordestina foi, desde o início, condicionada por uma série de fragilidades. A escassez de capital local, a baixa qualificação da mão de obra, que também sofreu com o impacto de uma grande evasão dessa mão de obra para os estados do “eixo”, em especial, São Paulo. Outrossim, a infraestrutura de menor eficiência e a dependência de decisões centralizadas no governo federal tornaram o parque industrial da região vulnerável a qualquer oscilação econômica ou política. Além disso, o modelo adotado priorizava a instalação de filiais de grandes grupos nacionais ou estrangeiros, muitas vezes desconectados das cadeias produtivas locais, o que limitava os efeitos multiplicadores do investimento industrial.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, mesmo com a ampliação do número de plantas industriais e a diversificação setorial, o Nordeste não conseguiu consolidar uma base

produtiva suficientemente robusta. A presença industrial na região era, em grande medida, periférica, com forte concentração em atividades de baixa tecnologia e fraco encadeamento produtivo, característica que se manifestou, aliás, em todo o país. Essa condição de dependência estrutural ficou ainda mais evidente no contexto da crise econômica e política que se aprofundou no Brasil nos anos 1980, culminando em um ambiente propício para a adoção de um novo paradigma nos anos seguintes.

Ao mesmo tempo, o modelo de industrialização adotado no Nordeste aprofundava uma lógica de concentração espacial: os investimentos industriais se concentravam nas capitais e regiões metropolitanas, deixando vastas áreas do interior à margem do processo de modernização. A ausência de políticas que promovessem a interiorização da indústria reforçou desigualdades intrarregionais e comprometeu a formação de uma rede produtiva descentralizada. Ou seja, o desenvolvimento industrial nordestino se mostrou incapaz de estruturar uma base autônoma de acumulação e reprodução econômica em nível regional.

Também deve ser destacado que o processo de implantação industrial foi fortemente guiado por incentivos fiscais e subsídios públicos, o que atraiu empresas interessadas mais nas vantagens de curto prazo do que em um compromisso de longo prazo com o território. Em muitos casos, ao final do período de incentivos, às unidades industriais encerravam suas atividades ou buscavam melhores ofertas em outros estados. Essa instabilidade minou a possibilidade de criar laços duradouros entre os empreendimentos e o espaço regional.

Durante os anos 1970, no contexto do “milagre econômico” brasileiro, os investimentos industriais no Nordeste ganharam um novo fôlego, especialmente por meio dos Planos de Desenvolvimento Integrado (PDIs) e do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Essa fase trouxe crescimento, mas manteve os mesmos vícios estruturais: concentração em poucos polos, especialização em setores de baixa tecnologia e fraca densidade empresarial. O Nordeste não desenvolveu uma burguesia industrial local com capacidade de reinvestimento produtivo. Ao contrário, manteve-se como região receptora de capital externo, seja ele público ou privado, nacional ou estrangeiro, e com pouca autonomia decisória.

Nos anos 1980, como já citado, com o fim do ciclo de crescimento acelerado, o Nordeste foi duramente atingido pela crise da dívida externa, pela estagnação econômica e pela desarticulação das políticas regionais. A SUDENE perdeu força, os investimentos

estatais minguaram e o discurso da “austeridade” começou a ganhar espaço. Ao entrar na década de 1990, o Nordeste já se encontrava em situação delicada, com seu parque industrial estagnado e sem instrumentos sólidos para se proteger ou se adaptar ao novo modelo econômico que seria adotado no país. Apesar de todas essas fragilidades, o PIB da região experimentou um significativo crescimento se comparado às demais regiões do país. (ARAÚJO, 2010). Na Tabela 1, pode ser percebido que quase todos os estados do Nordeste (com exceção da Paraíba e de Pernambuco na década de 1970) tiveram uma taxa média anual de crescimento do PIB maior que a média do Brasil tanto na década de 1970 quanto na década de 1980, e apresentaram números gerais (Nordeste e Brasil) similares na primeira metade da década de 1990.

Tabela 1 - Brasil, Nordeste e Estados: taxa média anual de crescimento do PIB (1970/1995)

Discriminação	1970-80	1980-90	1990-95
Maranhão	9,3	8,3	2,9
Piauí	9,4	6,9	1,0
Ceará	10,8	4,7	5,3
Rio Gde. do Norte	10,3	7,4	4,1
Paraíba	6,5	5,8	2,1
<i>Pernambuco</i>	8,6	3,5	1,5
Alagoas	9,1	5,2	2,6
Sergipe	10,2	4,4	0,7
Bahia	8,8	3,7	2,2
<i>Nordeste</i>	8,7	3,3	2,6
<i>Brasil</i>	8,6	1,6	2,7

Fonte: Brasil. Sudene. Agregados Econômicos Regionais: Produto Interno Bruto. Formação de Capital. Consumo do Governo. Nordeste do Brasil, 1965-95. Recife: Sudene, DPO, 1996, tabela 25, p. 181.

Posto isso, compreender o processo de industrialização do Nordeste em perspectiva histórica é fundamental para entender não apenas os limites estruturais que condicionam a crise mais recente, mas também as oportunidades que foram perdidas por falta de articulação entre planejamento regional, política nacional e vocações produtivas locais. A história da indústria nordestina não é apenas uma sequência de fracassos, mas sim um campo de disputas, tentativas e caminhos interrompidos por mudanças abruptas no projeto nacional de desenvolvimento.

1.2 A abertura econômica e seus efeitos na indústria brasileira

Com a transição para os anos de 1990, o Brasil passou por uma inflexão significativa em sua política econômica, abandonando gradualmente o modelo desenvolvimentista, que havia orientado o crescimento industrial por décadas e assumindo uma agenda liberal voltada para a abertura comercial, a redução do papel do Estado na economia e a busca de inserção mais ativa nos mercados globais. Esse processo ocorreu em um momento em que o país ainda enfrentava sérias dificuldades macroeconômicas, como hiperinflação, desequilíbrio fiscal e crise da dívida e foi impulsionado por uma visão de modernização que via o mercado como principal regulador do desenvolvimento.

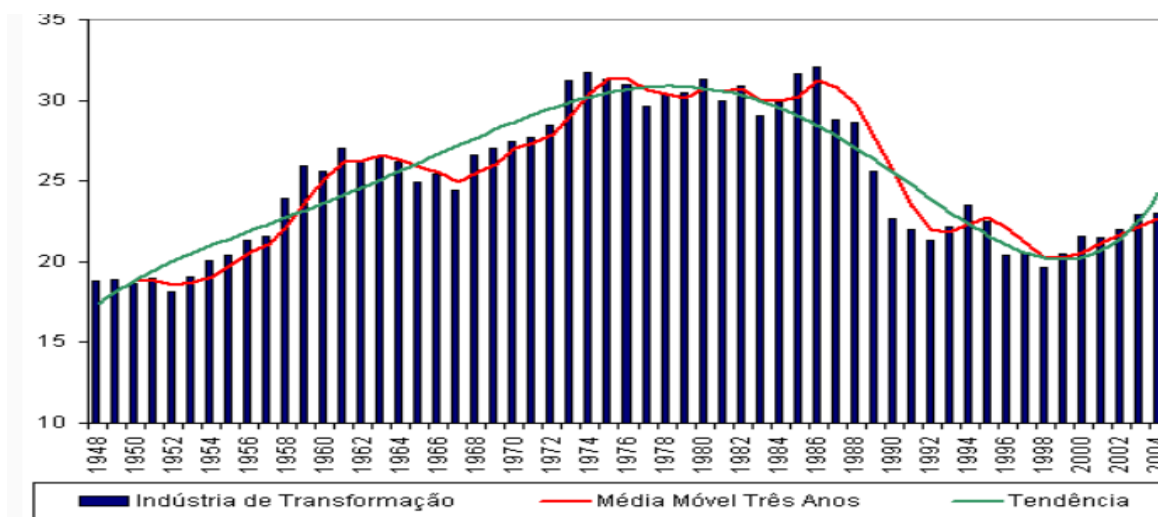
A liberalização comercial iniciada no governo Collor foi um padrão seguido por diversos outros países latino-americanos, mas o Brasil teve uma das mais rápidas e profundas. Em poucos anos, o Brasil reduziu substancialmente suas tarifas de importação, eliminou barreiras não-tarifárias e abriu setores estratégicos ao capital estrangeiro. Teoricamente, esse movimento prometia ganhos de eficiência, maior competitividade e acesso a produtos de melhor qualidade. Na prática, porém, os efeitos foram dúbios, especialmente para a indústria nacional, que se viu diante de uma concorrência externa acirrada, sem ter passado por um processo interno de fortalecimento tecnológico ou de adaptação gradativa às novas regras que estavam sendo postas.

Para a indústria brasileira como um todo, a abertura significou um choque de realidade. Setores antes protegidos tiveram que se reorganizar rapidamente. Algumas grandes empresas conseguiram se modernizar, investindo em inovação e produtividade. Outras, sobretudo pequenas e médias indústrias que operavam com baixa escala ou margens pequenas, simplesmente não resistiram. O fechamento de fábricas, a elevação do desemprego industrial e a quebra de cadeias produtivas integradas foram consequências imediatas do novo cenário competitivo (DINIZ; GONÇALVES, 2005). É possível observar pelos dados apresentados na Tabela 1, com exceção do Ceará, a significativa diminuição do PIB dos estados da região Nordeste na década de 1990 em relação a década de 1980:

Notadamente houve uma queda acentuada no PIB do Nordeste a partir do final da década de 1980 e ao longo da década de 1990, convergindo com o período da diminuição dos investimentos estatais e crescente ação das políticas de liberalização econômica.

No que se refere a participação da Indústria de Transformação no PIB, o choque foi ainda maior, e perceptível em todo país. O Gráfico 1 mostra uma curva decrescente dos anos 1980 para 1990, que se desloca de 32,1% em 1986 para 19,7% em 1998. Queda de 12 pontos percentuais, escancarando um processo contínuo de desindustrialização.

Gráfico 1 - Participação da Indústria de Transformação Brasileira no PIB



Fonte: INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Ocorreu uma desindustrialização no Brasil? Disponível em:

https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_183_ocorreu_uma_desindustrializacao_no_brasil.html. 2025.

Além da liberalização em si, a política cambial adotada ao longo da década, especialmente a partir do Plano Real, também afetou negativamente a indústria. Com a valorização do real, as importações ficaram ainda mais baratas, enquanto as exportações industriais perderam fôlego. Isso acentuou a chamada “doença holandesa” (Termo difundido por Corden e Neary (1982)) em setores produtivos, onde a entrada de capitais financeiros e o controle da inflação foram priorizados em detrimento do estímulo à produção nacional.

Vale observar que, embora os efeitos da abertura tenham sido sentidos em todo o país, eles não se distribuíram de maneira igualitária entre as regiões. O Sudeste, por ter uma base industrial mais consolidada, com maior capital técnico e humano, conseguiu absorver parte do impacto e até se beneficiar da modernização forçada em alguns setores. Já regiões como o Nordeste, cuja industrialização era mais recente e dependente do apoio estatal, sofreram perdas mais acentuadas, inclusive na geração de empregos e na manutenção de atividades industriais básicas. O que posteriormente iria resultar em uma nova fuga de mão de obra para

os grandes centros, como a própria região paulista, originando uma desconcentração conservadora como tratado em Cano (1995).

É importante ressaltar que a abertura econômica foi implantada sem um conjunto de políticas de transição ou de proteção aos setores mais vulneráveis. Países que passaram por processos semelhantes, como os asiáticos, que possuem exemplos de um enorme sucesso, que é o caso da Coreia do Sul, por exemplo, promoveram reformas graduais, acompanhadas de forte política industrial e de apoio à inovação. No caso brasileiro, a crença na autorregulação do mercado levou à desarticulação de instrumentos estatais de planejamento, financiamento e coordenação produtiva, o que expôs a indústria nacional a um cenário de competição totalmente desigual.

Em especial, o setor de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos e a indústria têxtil foram os mais impactados. Muitas dessas indústrias operavam com escalas insuficientes para competir internacionalmente e suas margens de lucros não permitiam investimentos em modernização rápida. Com isso, muitas dessas empresas passaram por processos de cisão ou incorporação, ou simplesmente fecharam. Esse processo de reestruturação levou, em muitos casos, a um encurtamento das cadeias produtivas internas, ampliando a dependência de insumos importados.

Outro aspecto importante a ser considerado é o impacto sobre a estrutura produtiva local. Em regiões como o Nordeste, onde os custos logísticos já eram elevados e a infraestrutura limitada, a abertura criou um ambiente em que produzir se tornou cada vez mais difícil e pouco competitivo. A produção industrial passou a se concentrar ainda mais nos estados com melhor estrutura e maior acesso aos mercados consumidores, sendo esse mais um motivo que resultou no aprofundamento das desigualdades regionais.

A abertura econômica, por fim, não foi acompanhada por uma estratégia nacional de política industrial. Ao contrário: houve um desmonte de instituições que antes desempenhavam papel-chave nesse processo, como o BNDES (cujo perfil de atuação foi consideravelmente alterado), a SUDENE (que foi quase extinta) e o Ministério da Indústria e Comércio. Isso esvaziou a capacidade de resposta do Estado diante dos efeitos negativos da liberalização e deixou os setores produtivos sem diretrizes claras para se reorganizar diante da nova conjuntura.

Assim, os efeitos da abertura econômica sobre a indústria brasileira nos anos de 1990 vão muito além da narrativa de “modernização” que lhe foi atribuída à época. Trata-se de um processo que transformou profundamente o perfil produtivo do país, favorecendo setores de alta produtividade e que necessitavam de pouca mão de obra, e penalizando segmentos historicamente importantes para a geração de emprego e valor agregado. Nas regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, essas transformações se traduziram em desindustrialização precoce, perda de dinamismo e enfraquecimento das possibilidades de construção de um projeto de desenvolvimento endógeno.

1.3 A indústria de transformação no Nordeste: principais características e limites

A indústria de transformação, por definição, compreende o conjunto de atividades produtivas que modificam matérias-primas em bens com valor agregado, por meio de processos físicos, químicos ou biológicos. Ela é vista como um dos pilares centrais de economias industrializadas, por sua capacidade de gerar empregos qualificados, dinamizar cadeias produtivas e estimular a inovação tecnológica. No contexto brasileiro, esse setor teve papel decisivo na trajetória de crescimento do século XX, especialmente durante o período de substituição de importações. No Nordeste, embora em menor escala, a indústria de transformação também ocupou um espaço relevante, funcionando como um vetor estratégico para o desenvolvimento regional.

Durante as décadas de 1960 a 1980, a instalação de polos industriais no Nordeste permitiu que vários estados construíssem uma base produtiva minimamente estruturada, ainda que limitada em termos de complexidade. As atividades predominantes estavam concentradas em setores como alimentos e bebidas, têxtil e vestuário, calçados, produtos químicos e minerais não metálicos. Na Bahia, por exemplo, o Polo Petroquímico de Camaçari, citado anteriormente, representou uma exceção regional, ao agregar atividades industriais de maior escala e intensidade tecnológica. Já em estados como Pernambuco e Ceará, observava-se uma industrialização baseada no consumo interno, com indústrias de bens não duráveis e baixa articulação produtiva.

Esse padrão gerou uma estrutura industrial altamente concentrada espacialmente, com grande parte das plantas localizadas em regiões metropolitanas e polos costeiros. O interior da região, salvo raras exceções, permaneceu alheio aos processos de industrialização. Além disso, a dependência de incentivos fiscais e a ausência de uma política de desenvolvimento

tecnológico regional dificultaram a formação de cadeias produtivas locais mais densas, integradas e sustentáveis.

Com a abertura econômica dos anos 1990, as fragilidades desse modelo tornaram-se ainda mais visíveis. A concorrência com produtos importados afetou brutalmente os setores mais sensíveis à competição internacional, como o têxtil e o de vestuário, cujas margens de lucro e produtividade já eram baixas. Pequenas e médias indústrias que operavam com tecnologia obsoleta e pouca escala produtiva foram as primeiras a encerrar suas atividades. Muitas vezes, a produção local foi substituída por produtos vindos do exterior ou por itens fabricados em outras regiões do Brasil, com maior poder logístico e estrutura de distribuição, além de mais capacidade na oferta de incentivos fiscais à entrada de empresas em seus territórios.

Nesse contexto, a indústria de transformação no Nordeste passou por um processo de desarticulação. As cadeias produtivas regionais, que já eram frágeis, sofreram rupturas com o fechamento de fornecedores, a redução da demanda e a dificuldade de competir com produtos de menor custo. A ausência de investimentos em modernização tecnológica contribuiu para manter os níveis de produtividade abaixo da média nacional. Além disso, o esvaziamento das políticas públicas voltadas à inovação, como os fundos regionais, os programas de incentivo à pesquisa e os subsídios à formação profissional, acentuou o distanciamento da região em relação aos centros que eram referência de dinamismo do país.

Um fator importante que deve ser considerado é a baixa diversificação produtiva dentro da própria indústria de transformação nordestina. Grande parte da produção concentrou-se em setores tradicionais, de baixa intensidade tecnológica e voltados ao mercado interno. Isso significa que o potencial de exportação, de geração de valor agregado e de integração com mercados externos era muito reduzido. Setores com maior capacidade de encadeamento produtivo, como metalurgia, equipamentos elétricos e bens de capital, praticamente não se desenvolveram na região, o que limitou a capacidade do Nordeste formar sistemas produtivos locais robustos e tecnologicamente ativos.

Além disso, o perfil de emprego gerado pela indústria de transformação no Nordeste tende a refletir esse padrão de especialização. Os postos de trabalho são, em sua maioria, de baixa qualificação, com salários médios inferiores aos observados no Sudeste, fazendo com que a mão de obra mais especializada, que já era pouca, migrasse para região Sul/Sudeste,

onde receberiam um salário substancialmente maior. (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997). A informalidade também é mais presente, especialmente em atividades com menor fiscalização e estrutura organizacional. Isso compromete o potencial da indústria como fator de inclusão social e de melhoria das condições de vida da população trabalhadora.

É importante destacar que a indústria de transformação também tem papel simbólico e político na construção do projeto regional de desenvolvimento. A instalação de indústrias é muitas vezes associada à modernização, à urbanização e à entrada da região em uma lógica mais integrada à economia nacional e internacional. Por isso, o seu enfraquecimento não impacta apenas indicadores econômicos, mas também o imaginário político e social sobre o futuro da região. A perda de dinamismo industrial pode levar a um sentimento de abandono, especialmente em municípios que dependiam fortemente de um setor produtivo em específico.

Apesar desse cenário adverso, não se pode dizer que a indústria de transformação desapareceu do mapa nordestino. Segundo Bacelar (1995), o Nordeste é múltiplo, e compreender essas diferenças internas é essencial para formular políticas eficientes. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs), especialmente no semiárido e nas cidades médias, revelam “formas de resistência produtiva” que não cabem na lógica tradicional da grande indústria, mas representam caminhos reais de desenvolvimento local. Dessa forma, é necessário observar que em algumas áreas, houve adaptação e mudança de perfil produtivo, com cada indústria se adequando às especificidades daquela determinada região.

Estados como o Ceará conseguiram atrair investimentos em setores como calçados e confecções, criando polos industriais com alguma especialização, neste ponto, pode ser citada como exemplo a Grendene. A Bahia, mesmo com a crise da indústria petroquímica, manteve atividades de maior escala, até mesmo atividades convergentes com outros estados, que é o caso do polo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro, envolvendo os estados da Bahia e de Pernambuco. No Rio Grande do Norte, aparecem de forma destacada o polo de fruticultura (com base na agricultura irrigada do Vale do Açu, com destaque para empresa Agrícola Famosa) e os de laticínios artesanais (como é o caso da Leite Clan), que fortalecem cadeias locais com identidade territorial. Além disso, também é possível destacar os APLs de ovinocaprinocultura no sertão da Paraíba e os polos de confecção em Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. (BACELAR, 1995)

No entanto, apesar dos esforços supracitados, a indústria de transformação no Nordeste chegou aos anos 2000 fragilizada, desarticulada e dependente de incentivos que vinham de fora. A falta de uma política industrial articulada nacionalmente, aliada à competição desigual entre regiões, dificultou a retomada de um processo de industrialização consistente e autônomo. Isso criou um ambiente em que a resistência industrial tornou-se um desafio não apenas econômico, mas também político e institucional. Com isso, a análise dessa indústria deve levar em conta tanto suas vulnerabilidades históricas quanto às estratégias de adaptação e sobrevivência que surgiram ao longo do tempo.

1.4 O esvaziamento do papel do estado e o colapso da política regional

Como observado neste capítulo, durante boa parte do século XX, a presença do Estado foi decisiva para estruturar a industrialização no Brasil. Desde a Era Vargas, passando pelo Plano de Metas de JK e pelos programas regionais das décadas seguintes, o Estado desempenhou funções centrais como planejador, regulador, financiador e executor de políticas de desenvolvimento. Essa atuação foi particularmente importante para regiões historicamente marginalizadas como o Nordeste, onde o capital privado era escasso e o mercado consumidor restrito. Sem a ação pública coordenada, dificilmente teria havido qualquer avanço na direção de uma estrutura produtiva minimamente consolidada.

Nesse contexto, a criação da SUDENE nos anos de 1950, os incentivos fiscais promovidos pelo governo federal e fundos como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) foram instrumentos centrais de uma política que reconhecia as desigualdades regionais como um problema a ser enfrentado por meio de mecanismos públicos de redistribuição produtiva. A presença de bancos públicos de fomento (como o BNB, no caso do Nordeste), empresas estatais, obras de infraestrutura e programas de crédito subsidiado viabilizou a instalação de diversos empreendimentos industriais na região nas décadas subsequentes. (GOMES, 2008)

Contudo, a partir dos anos de 1990, com a ascensão da agenda neoliberal, representada pelo Consenso de Washington, essa lógica foi totalmente desmontada. O novo discurso dominante no campo econômico passou a defender a ideia de que o mercado deveria ser o principal motor do crescimento, enquanto o Estado deveria se restringir à garantia da estabilidade macroeconômica e à criação de um ambiente que podemos chamar de: “favorável

aos negócios”. Essa reorientação teve efeitos diretos sobre a política industrial e regional: os instrumentos de fomento foram desativados, os incentivos reavaliados, e as instituições responsáveis pelo planejamento regional perderam poder político, orçamentário e técnico. Então, a pergunta que fica é: Como um setor que foi formado através de incentivos públicos sobreviverá com a eliminação desses incentivos?

A SUDENE, por exemplo, foi esvaziada institucionalmente e praticamente paralisada por anos, perdendo sua capacidade de coordenar estratégias interestaduais de desenvolvimento no Nordeste. O FINOR, que havia sido um dos principais canais de investimento produtivo para a região, foi extinto. Os fundos constitucionais, como o FNE, sofreram restrições orçamentárias, e sua operacionalização ficou mais sujeita à lógica do sistema financeiro do que às necessidades do desenvolvimento regional. Com isso, os estados do Nordeste perderam suas principais ferramentas de articulação e enfrentamento das desigualdades que já eram muito significativas.

Esse esvaziamento da ação pública coincidiu com um momento de grande transformação na economia global. O avanço da globalização, a financeirização (processo bastante contemporâneo) e a integração dos mercados exigiram das economias nacionais respostas coordenadas, capazes de proteger os setores produtivos mais vulneráveis e de planejar sua inserção no novo cenário internacional. No Brasil, no entanto, a estratégia adotada foi o desmonte de estruturas públicas de apoio ao setor produtivo, o que deixou as regiões periféricas, como o Nordeste, ainda mais expostas.

Como consequência, a política regional brasileira, que pode se estender para além do Nordeste, tornou-se fragmentada, reativa e altamente dependente das conjunturas políticas de curto prazo. A ausência de um projeto nacional de desenvolvimento territorial fez com que os estados e municípios passassem a buscar soluções individualizadas, muitas vezes baseadas em renúncias fiscais e disputas predatórias por investimentos, como é o caso da guerra fiscal. A cooperação entre entes federativos foi substituída por competição e o planejamento regional foi substituído por improvisos de cada estado, ou seja, houve uma mudança de desenvolvimento conjunto para “cada um por si” e, de preferência, um sabotando o outro.

Além disso, com a descentralização de algumas funções econômicas para os estados sem a devida contrapartida em recursos, aumentou-se a responsabilidade dos governos regionais sem lhes garantir instrumentos efetivos de ação. Estados nordestinos passaram a

assumir tarefas de atração de investimentos, estruturação de parques industriais, concessão de incentivos e até políticas de inovação, muitas vezes com restrições fiscais severas por parte da União. Isso comprometeu a sustentabilidade das ações e aprofundou a desigualdade na capacidade de formulação de políticas públicas entre as regiões.

Autoras como a Ana Castro (2008) apontam que essa retração do Estado não foi apenas uma consequência do ajuste fiscal, mas o resultado de uma mudança ideológica profunda no papel atribuído à ação pública no processo de desenvolvimento. O foco passou a ser o equilíbrio orçamentário e a abertura ao capital internacional, deixando de lado o objetivo de redução das desigualdades regionais, que havia sido uma diretriz da Constituição Federal (CF)/1988.

O colapso da política regional brasileira a partir dos anos 1990 não pode, portanto, ser lido apenas como falha administrativa ou ineficiência institucional. Trata-se de uma inflexão histórica, que alterou profundamente as bases da relação entre Estado, território e produção. No caso do Nordeste, isso significou a perda do principal aliado histórico de seu processo de industrialização: o Estado nacional. A partir desse momento, a industrialização da região passou a depender cada vez mais de ações pontuais, parcerias frágeis e as estratégias locais de sobrevivência, que foram citadas anteriormente, resultando muitas vezes na ampliação do endividamento dos estados e dos municípios.

Esse novo arranjo institucional impôs limites concretos à capacidade de retomada da industrialização no Nordeste. A ausência de coordenação, de financiamento em larga escala e de planejamento integrado comprometeu a possibilidade de reverter a crise da indústria de forma estruturada.

1.5 A guerra fiscal como reação descoordenada e desigual

Diante do esvaziamento das políticas públicas federais de desenvolvimento regional e da ausência de um projeto nacional de reindustrialização, os estados nordestinos, como outros entes da federação, buscaram alternativas para manter suas economias ativas e atrair investimentos. Nesse cenário de retração do Estado e aprofundamento das desigualdades regionais, a guerra fiscal se consolidou como uma das principais, senão a única, estratégia possível para responder à crise industrial.

A guerra fiscal consiste na prática de concessão de incentivos fiscais, majoritariamente através de isenções ou reduções de ICMS, para atrair empresas e investimentos produtivos. Embora a Lei Complementar nº 24/75 exigisse que tais incentivos fossem aprovados por unanimidade no Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), essa exigência passou a ser frequentemente descumprida, criando um ambiente de competição aberta e descoordenada entre os estados brasileiros. (VARSANO, 1997)

Essa dinâmica se acentuou especialmente no Nordeste, onde os estados, fragilizados economicamente e pressionados por altos índices de desemprego, enxergavam nos incentivos fiscais um meio de se tornarem minimamente atrativos para a instalação de empresas. A lógica por trás dessa política era bem pragmática: atrair qualquer investimento produtivo, ainda que de forma temporária ou precária, era melhor do que ver o parque industrial local ser completamente desmobilizado.

Programas como o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE), o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia (PROBAHIA), Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI) do Rio Grande do Norte, tornaram-se ferramentas centrais na política econômica dos estados nordestinos. Em geral, esses programas ofereciam, além de isenção ou diferimento de ICMS, benefícios como doação de terrenos, construção de infraestrutura pública básica (estradas, energia, saneamento), crédito subsidiado e apoio logístico.

Apesar de alguns resultados pontuais — como a instalação de novas plantas industriais e a geração de postos de trabalho no curto prazo —, a guerra fiscal mostrou-se uma estratégia com efeitos limitados e contraditórios. Um dos principais problemas foi a natureza efêmera dos investimentos atraídos. Muitos empreendimentos migravam para outros estados ao fim do período de incentivos, criando um ciclo de instabilidade e baixa fidelização das empresas ao território.

Além disso, os incentivos raramente estavam vinculados a contrapartidas sociais, tecnológicas ou ambientais. As empresas, em geral, não eram obrigadas a investir em inovação, a utilizar fornecedores locais ou a contratar mão de obra regional, que poderia ajudar na qualificação dos trabalhadores locais. Isso significava que, mesmo quando uma indústria se instalava, os efeitos multiplicadores sobre a economia local eram poucos. O

território servia como espaço de produção barata, mas não como base de enraizamento produtivo.

Outro ponto crítico diz respeito ao custo fiscal da guerra entre estados. A concessão desenfreada de benefícios reduziu significativamente a arrecadação estadual e comprometeu os orçamentos públicos. Estados com menor capacidade de arrecadação acabaram sacrificando ainda mais suas receitas em nome de uma competitividade frágil. Ricardo Varsano (1997) alerta que essa corrida por incentivos representa uma “armadilha do federalismo competitivo”, onde todos perdem: os estados perdem arrecadação, a federação perde coerência e as empresas exploram as melhores vantagens sem se comprometer com o desenvolvimento regional.

Além do impacto fiscal, a guerra entre estados criou distorções espaciais no processo de industrialização. Em vez de promover uma alocação eficiente dos investimentos — baseada em vocações produtivas ou em cadeias econômicas já existentes —, os incentivos passaram a ditar, sozinhos, a localização das indústrias. Isso gerou situações absurdas, como a instalação de empreendimentos completamente descolados da lógica produtiva regional, com altos custos logísticos e pouco sentido econômico, apenas porque um estado oferecia um pacote de incentivos mais agressivo.

Como observa Varsano (1997), a guerra fiscal se consolidou como uma “política industrial de segunda geração”, baseada não em planejamento estratégico, mas em reação a um cenário adverso. Em vez de corrigir desequilíbrios, essa política os reproduziu. Estados mais frágeis tentavam competir em condições desiguais, e, na ausência de coordenação federal, acabavam entrando em leilões de benefícios que penalizavam seus próprios cofres públicos. No longo prazo, essa disputa aumentou a dependência dos estados em relação a empresas que só permanecem enquanto houver essas vantagens fiscais.

No caso de estudo desta monografia, o da região Nordeste, essa estratégia acentuou ainda mais a fragmentação do projeto de desenvolvimento. Em vez de uma política regional coordenada, como foi tentado na época da SUDENE, o que se viu foi uma disputa entre estados que, ao invés de cooperarem, passaram a concorrer entre si pela atração de plantas industriais. Isso dificultou a formação de redes produtivas entre estados vizinhos, comprometeu a integração de cadeias logísticas regionais e enfraqueceu o poder político coletivo da região diante da União.

Vale mencionar, contudo, que a guerra fiscal não foi adotada apenas por estados nordestinos. Regiões mais ricas também utilizaram esse instrumento para manter ou expandir sua base produtiva, o que mostra que o problema não está apenas no uso isolado do incentivo, mas na ausência de regras claras e de uma política nacional de desenvolvimento territorial. A falta de coordenação transformou o que poderia ser uma ferramenta complementar em um instrumento distorcido e pouco eficiente.

Apesar de seus limites, a guerra fiscal revelou a tentativa, por parte dos governos estaduais, de manter algum grau de protagonismo econômico num contexto nacional hostil à industrialização. O que se critica, portanto, não é a intenção dos estados em buscar soluções, mas a forma descoordenada, desigual e financeiramente insustentável com que esse processo se deu. Sem apoio federal, sem metas comuns e sem pactuação política, a guerra fiscal tornou-se uma espécie de “último recurso”, utilizado por estados com pouca margem de manobra, mas com grande necessidade de dar respostas rápidas à crise social e econômica que se aprofundava.

1.6 Diagnóstico da crise industrial e perspectivas regionais

O percurso feito neste capítulo procurou compreender os principais fatores que explicam a fragilização da indústria de transformação no Nordeste brasileiro a partir da década de 1990. Ao examinar a trajetória da industrialização regional em perspectiva histórica, evidenciou-se que o processo de industrialização nordestina foi sempre condicionado por um conjunto de limites estruturais — entre eles, a dependência de políticas federais, a fragilidade da burguesia industrial local, a baixa densidade tecnológica e a concentração espacial da atividade produtiva.

Esse padrão, já historicamente desigual, se viu ainda mais pressionado pela adoção de uma agenda liberal que reconfigurou a economia nacional a partir dos anos 1990. A abertura econômica, feita de forma rápida e sem mecanismos de transição, desarticulou cadeias produtivas inteiras e expôs o parque industrial nordestino à concorrência externa em condições de desvantagem. A reestruturação produtiva imposta pelas novas regras do mercado global não foi acompanhada por políticas industriais consistentes ou por uma estratégia de desenvolvimento regional que preservasse os avanços anteriores. O resultado foi a intensificação das desigualdades territoriais e a perda de dinamismo da indústria nordestina.

Ao mesmo tempo, o colapso das instituições e instrumentos de política regional — como a SUDENE, o FINOR e os fundos constitucionais — retirou dos estados nordestinos a capacidade de planejar seu próprio desenvolvimento de forma coordenada. Sem amparo federal, muitos governos estaduais passaram a adotar a guerra fiscal como mecanismo de sobrevivência econômica. Embora compreensível como resposta emergencial, essa estratégia mostrou-se limitada, frágil e financeiramente insustentável. Em vez de criar um ambiente de cooperação e fortalecimento produtivo regional, a guerra fiscal aprofundou a fragmentação e expôs os estados a uma dependência ainda maior de capitais voláteis e de empresas que não mantinham compromissos de longo prazo com o território.

Mais do que uma crise conjuntural, o que se observa nesse período é a consolidação de um modelo econômico que enfraqueceu a capacidade do Nordeste de manter uma base industrial diversificada, enraizada e articulada com um projeto mais amplo de desenvolvimento. As políticas nacionais passaram a ignorar as especificidades regionais e a confiar exclusivamente na autorregulação do mercado, desconsiderando o papel histórico do Estado como indutor de desenvolvimento em regiões periféricas, que foi o caso do próprio Nordeste até determinado período. Com isso, o Nordeste foi deslocado para uma posição ainda mais marginal dentro do sistema produtivo brasileiro, com impactos diretos sobre o emprego, a renda e a estrutura produtiva regional.

Ainda assim, como será discutido nos próximos capítulos, a trajetória recente da indústria nordestina não pode ser analisada apenas sob o prisma do declínio. Em meio à crise, surgiram também iniciativas locais de resistência, tentativas de adaptação a novas condições de mercado e experiências, ainda que pontuais, de reindustrialização apoiadas por arranjos produtivos locais, incentivos setoriais e mobilização institucional em alguns estados. Essas estratégias, por mais limitadas que sejam, mostram que a indústria de transformação no Nordeste não desapareceu, ela resiste, se transforma e busca novos caminhos.

O Capítulo 2 será dedicado justamente à análise desses movimentos mais recentes. A partir de dados empíricos, gráficos, estudos de caso e observações setoriais, será possível compreender como a indústria de transformação nordestina se comportou nas últimas décadas, quais setores mantiveram dinamismo, quais estratégias foram adotadas por diferentes estados e de que forma a crise foi enfrentada em diferentes contextos. Com isso, pretende-se avançar na compreensão do que ainda sustenta a base industrial da região e quais são os limites e possibilidades reais de uma nova etapa de desenvolvimento produtivo no Nordeste.

CAPÍTULO 2. ESTRUTURA E DINÂMICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO NORDESTE: CONTRASTES, GÊNEROS PREDOMINANTES E DESIGUALDADES

2.1 A indústria de transformação no Nordeste em perspectiva macrorregional

A industrialização no Nordeste brasileiro apresenta características particulares que a diferenciam de outras regiões do país. Segundo Leonardo Guimarães Neto, a formação econômica da região está marcada por um processo de industrialização tardio e dependente, no qual o capital externo e as decisões políticas centralizadas desempenharam papéis predominantes. Essa dinâmica resultou em um parque industrial com baixa autonomia e forte vulnerabilidade às oscilações macroeconômicas nacionais. Guimarães Neto destaca que, mesmo com os esforços de planejamento regional, como os conduzidos pela SUDENE, a industrialização nordestina não conseguiu romper completamente com as estruturas de dependência histórica que caracterizam a economia da região. (GUIMARÃES NETO, 1997)

Complementando essa análise, Christiane Luci Bezerra Alves observou que a constituição da indústria nordestina está intrinsecamente ligada à dinâmica maior da economia brasileira, refletindo as desigualdades regionais e a concentração espacial do desenvolvimento. Ela argumenta que, apesar de políticas públicas voltadas para a promoção da industrialização no Nordeste, como incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura, a região ainda enfrenta desafios significativos para alcançar um desenvolvimento industrial sustentável. Ela também enfatiza a importância de compreender as especificidades regionais e as limitações impostas por um modelo de desenvolvimento que historicamente privilegiou outras regiões do país. (ALVES, 2005)

Partindo desse pressuposto, a primeira parte deste capítulo tem como objetivo apresentar um panorama amplo da estrutura industrial nordestina entre 1990 e 2020, a partir de uma perspectiva macrorregional. Inicialmente, serão discutidos dados sobre a participação da região nordeste no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil e, em seguida, será examinada a participação da indústria (tanto no conjunto da economia brasileira quanto especificamente no Nordeste) ao longo das três últimas décadas. Os gráficos a seguir ilustram essas transformações, permitindo visualizar tendências estruturais de longo prazo e deslocamentos internos na composição econômica regional.

Gráfico 2 - Participação do Nordeste no PIB Nacional (1990–2020)



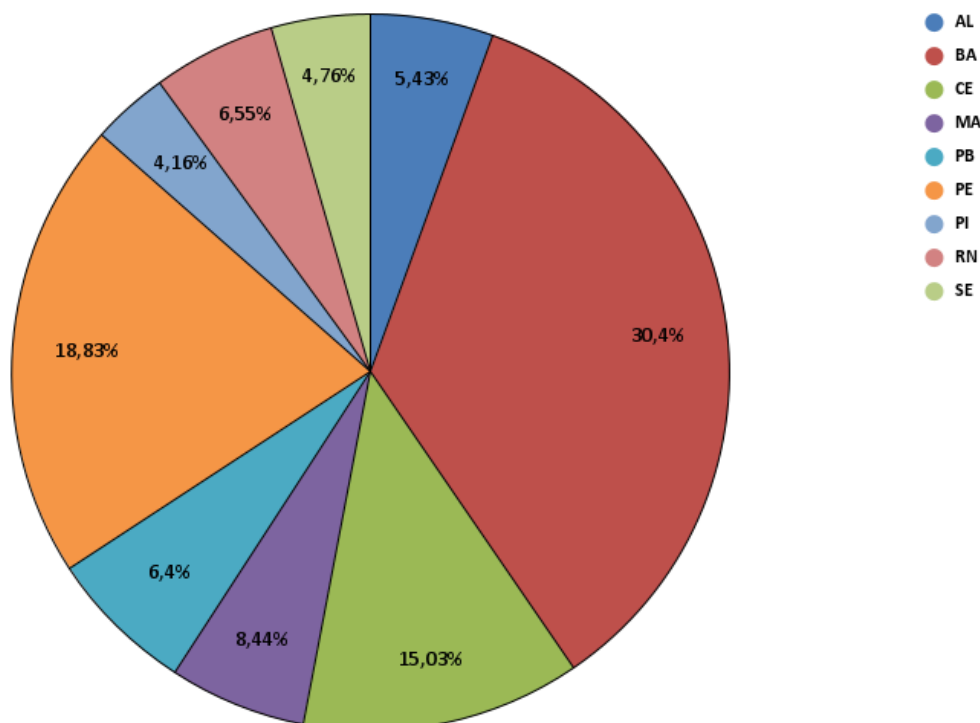
Fonte: IPEADATA - PIB Estadual - Preços de Mercado. Elaboração do Autor. 2025.

Durante o período de 1990 a 2020, o PIB nordestino representou, em média, 13,18% do total do PIB nacional, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Vale destacar que a menor participação foi registrada em 1995, com apenas 12,08%. Essa participação voltou a ultrapassar a barreira dos 13% em 2002 (13,09%) e, após uma queda em 2003, retomou um ritmo de crescimento, atingindo seu pico em 2017, com 14,48%. Nos anos seguintes, a participação voltou a cair consecutivamente, como pode ser observado no Gráfico 2. No último ano da série, 2020, a participação do Nordeste no PIB brasileiro foi de 14,18%.

Embora o Nordeste represente uma fração relativamente estável do PIB nacional, internamente a região apresenta profundas desigualdades em sua estrutura econômica. A distribuição do produto interno bruto entre os estados nordestinos revela uma concentração significativa da atividade econômica em algumas unidades federativas, enquanto outras contribuem com parcelas bastante modestas. O Gráfico 3 a seguir apresenta a participação de cada estado do Nordeste no PIB regional, evidenciando a assimetria existente dentro da própria região.

Gráfico 3 - Distribuição do PIB entre os Estados do Nordeste (Média de 1990 - 2020)

Distribuição do PIB entre os Estados do Nordeste (Média de 1990 - 2020)



Fonte: IPEADATA - PIB Estadual - Preços de Mercado. Elaboração do Autor. 2025.

Conforme citado anteriormente, a análise do Gráfico 3 revela uma concentração significativa da atividade econômica em três unidades federativas: Bahia, Pernambuco e Ceará. Juntas, essas três economias respondem por 64,26% do total do PIB do Nordeste, com destaque para a Bahia, que sozinha concentrou 30,4% do PIB nordestino (média entre 1990-2020). Essa predominância reflete, em parte, o histórico de investimentos industriais e de infraestrutura concentrados nessas áreas, a presença de capitais metropolitanos mais consolidados e a localização de polos industriais de maior escala, como o polo petroquímico de Camaçari (BA) e o polo automotivo de Goiana (PE), que são exemplos do motor da indústria dessas regiões.

Em contrapartida, estados como Piauí (4,16%), Sergipe (4,76%) e Alagoas (5,43%) registraram as menores participações no total da produção econômica nordestina. Essa disparidade aponta para um processo de concentração intra-regional, que se reproduziu ao longo do tempo e limitou a capacidade de desenvolvimento mais equilibrado entre os estados,

como citado anteriormente. Além disso, essas diferenças na estrutura produtiva e na base industrial de cada estado revelam os efeitos históricos da política de desenvolvimento regional no Brasil, que, mesmo com instrumentos como o FINOR, FNE, BNB e SUDENE, não conseguiram promover efetivamente a desconcentração econômica.

Na Tabela 2 abaixo será possível observar a média (2002-2020) do impacto da Indústria e da Agropecuária no Valor Adicionado (VA) do Brasil, do Nordeste e de cada região separadamente.

Tabela 2 - Composição do Valor Adicionado Total por Atividades dos Estados da Região Nordeste - Média de 2002 a 2020 – Em %

Atividades Econômicas	Brasil	Região Nordeste	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA
Valor Adicionado total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária	5,4	7,2	10,7	8,4	5,7	4,0	4,6	4,6	15,2	5,7	8,5
Indústria	24,1	20,4	18,2	13,7	19,5	22,1	17,0	20,4	16,3	25,2	23,0
Indústrias extrativas	2,9	1,5	1,3	0,3	0,5	6,0	0,4	0,1	1,3	4,7	1,9
Indústrias de Transformação	13,4	9,2	6,3	4,2	9,9	6,4	7,9	11,2	7,5	6,9	11,1
Eletric., gás, água, esgoto, gestão de resíduos e descontam.	2,7	3,4	3,6	2,3	3,2	3,4	3,1	2,7	2,3	7,4	3,5
Construção	5,1	6,3	7,0	7,0	6,0	6,3	5,6	6,4	5,2	6,3	6,5

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Regionais - Elaboração: Juliana Trece e Claudio Considera - Breve Retrato Econômico do Nordeste - FGV IBRE. 2025.

Através da análise do quadro, pode-se perceber que a região Nordeste se sobressai ao Brasil em relação ao VA da Agropecuária, com amplo destaque do Maranhão (10,7%), mas tem uma diferença significativa no que refere-se à Indústria, em especial a Indústria de Transformação, sendo Sergipe o único estado com participação maior do que a média nacional.

Analisando cada caso de destaque individual dos estados, é possível apontar que os principais desempenhos industriais estão com Sergipe (percentual superior à média nacional), Rio Grande do Norte (superior a média do Nordeste) e Bahia (superior a média do Nordeste). O estado de Sergipe deve seu desempenho principalmente às elevadas participações das atividades de indústrias extrativas e de eletricidade, gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação. No Rio Grande do Norte, a indústria mais influente na porcentagem, superior a do Nordeste, foi a indústria extrativa, enquanto no caso da Bahia, todas as quatro atividades industriais da tabela foram superiores, em média, às do Brasil. (TRECE; CONSIDERA, 2023)

Partindo da análise dos gráficos, é possível observar que, no caso específico da indústria, a trajetória é mais preocupante. A participação da indústria de transformação no PIB nordestino tem declinado, acompanhando a tendência nacional, mas de forma mais acentuada. Isso se deve, em parte, à base industrial da região e à sua maior dependência de setores de baixa intensidade tecnológica e voltados ao mercado interno. Dados da PIA/IBGE mostram que, em 1996, a indústria de transformação representava cerca de 17% do PIB do Nordeste; em 2020, esse percentual caiu para menos de 11%. No Brasil como um todo, a queda foi bem semelhante, mantendo próximo dos 6 pontos percentuais, saindo de cerca de 19% para 13% no mesmo intervalo (TRECE; CONSIDERA, 2023).

Esses números evidenciam um processo de desindustrialização precoce, onde a indústria perde espaço antes mesmo de atingir um grau mais elevado de sofisticação ou integração com cadeias produtivas mais complexas. No Nordeste, esse fenômeno é agravado pelos fatores citados no capítulo 1, como a infraestrutura deficiente, a concentração produtiva em poucas regiões metropolitanas de alguns estados (caso de Bahia, Ceará e Pernambuco) e a dependência de incentivos fiscais para atração de investimentos.

Retomando a discussão da Guerra Fiscal, é de extrema importância ressaltar que ela contribuiu para alguns desses problemas, em especial a proliferação de plantas industriais com baixa capacidade de enraizamento territorial, já que a indústria pode migrar de um estado para outro dependendo dos incentivos. Essa avaliação é corroborada por estudos do IPEA, que apontam os efeitos limitados da guerra fiscal na estruturação de cadeias produtivas regionais.

Esse fato observado explica o motivo da concentração nos três estados com maior poder de barganha (Bahia, Pernambuco e Ceará), que criam disparidades dentro da própria região. Segundo estudo do IPEA, em 2005 a Bahia respondia por mais de 40% do valor adicionado da indústria de transformação nordestina, enquanto estados como Piauí, Paraíba e Alagoas somavam menos de 5% cada (IPEA).

Além disso, o tipo de indústria predominante no Nordeste tende a reproduzir padrões de especialização em setores tradicionais, como alimentos, bebidas, têxteis e calçados, ou seja, com menor valor agregado e forte sensibilidade a choques econômicos, além de novamente ser necessário pontuar a questão da estrutura local. De acordo com a Pesquisa Industrial Anual (PIA), a produtividade média da indústria de transformação no Nordeste é

significativamente inferior à das regiões Sul e Sudeste, mesmo em setores semelhantes. (Disponível em: <https://viabilizamaiz.com.br/protagonismo-industrial-regiao-nordeste>. 2025)

Há, porém, observações importantes. A partir dos anos 2000, alguns estados nordestinos conseguiram aumentar sua participação relativa no PIB industrial, graças à combinação da expansão do mercado interno e estratégias de desenvolvimento local, como os arranjos produtivos locais (APLs), citados no Capítulo 1. O caso do polo industrial de Maracanaú (CE), Itabuna (BA) e o Complexo Industrial Portuário de Suape (PE) são exemplos de que, apesar das dificuldades estruturais, houve reações regionais que buscavam adaptar a base industrial a novas condições de mercado, porém, esbarra novamente no que vem sendo abordado sobre a concentração industrial nesses três estados.

O que se percebe, ao longo dessa trajetória, é a convivência entre limites persistentes e tentativas parciais de superação. De um lado, permanecem obstáculos estruturais que impedem a consolidação de uma indústria mais robusta, diversificada e integrada às dinâmicas nacionais e globais. De outro, surgem iniciativas que tentam reorganizar o setor industrial a partir das possibilidades concretas de cada território. Esses movimentos, ainda que um pouco mais restritos, ajudam a entender que o processo de industrialização no Nordeste, como já observado neste trabalho, não é linear nem uniforme, ele é marcado por contradições, desigualdades e múltiplas formas de adaptação.

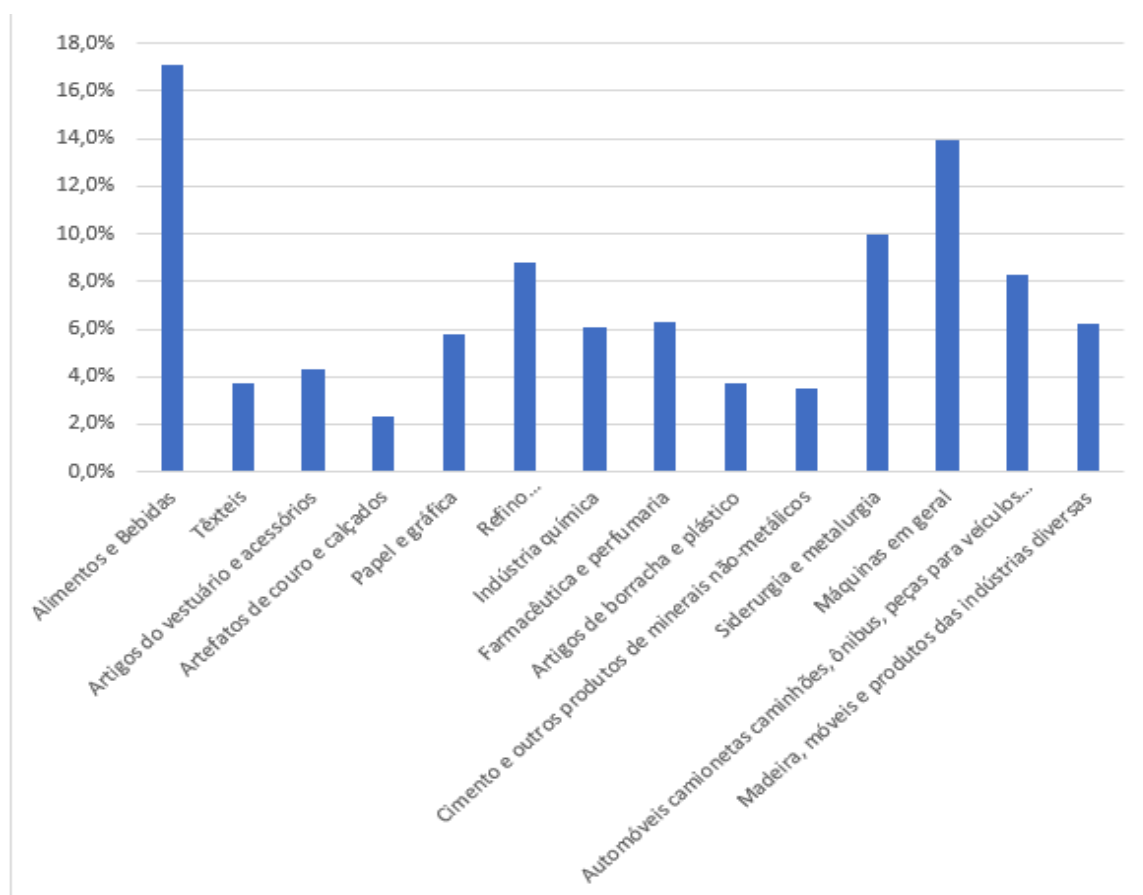
2.2 A indústria de transformação nordestina: perfil estrutural e tendências

Ao longo do presente trabalho, é possível perceber que a Indústria de Transformação no Nordeste brasileiro possui um perfil historicamente marcado pela concentração em atividades de menor intensidade tecnológica e forte dependência de políticas públicas de fomento e incentivos fiscais. Apesar desse fato ser comum em outras áreas do Brasil, ele é agravado no Nordeste, onde há uma considerável predominância de setores mais tradicionais. Esses setores representam uma parcela expressiva do valor adicionado regional e concentram grande parte do emprego industrial formal. De acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA-Empresa), entre 2007 e 2019, os três setores mais relevantes em valor da transformação industrial no Nordeste foram: fabricação de produtos alimentícios, refino de petróleo e produção de biocombustíveis, e confecção de artigos do vestuário e acessórios (IBGE, 2021).

A proposta do capítulo 2.2 é, sobretudo, entender qual o perfil estrutural da indústria de transformação do nordeste, sendo assim, é necessário entender com mais precisão o que compõe essa indústria. A partir disso, será possível avaliar o grau de diversificação, o nível de especialização regional e em que medida essas atividades estão inseridas (ou não) em cadeias de valor mais amplas. A ideia é mapear a estrutura interna da indústria de transformação nordestina, fugindo de generalizações e observando suas especificidades.

Na esteira dessa ideia, é importante observar quais são os principais gêneros industriais que compõem a indústria de transformação no Brasil como um todo, para que seja possível, em seguida, compreender como o Nordeste se insere nesse cenário. O Gráfico 4 apresenta a participação média de cada gênero industrial no total da transformação brasileira entre 1990 e 2019.

Gráfico 4 - Participação Média dos Gêneros Industriais 1990-2019 - Brasil



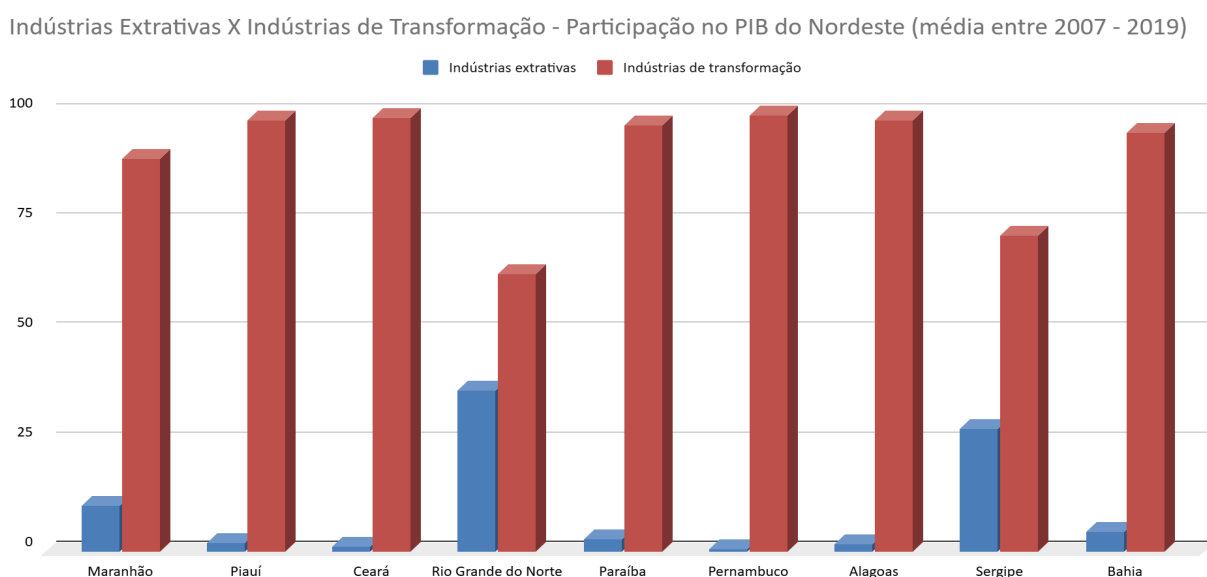
Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais - Elaboração: Juliana Trece e Cláudio Considera - Breve Retrato Econômico do Nordeste - FGV IBRE. 2025.

A análise do gráfico revela a predominância de alguns ramos industriais no cenário nacional, com destaque para o setor de alimentos e bebidas, que lidera com ampla margem,

respondendo por cerca de 17% do valor adicionado da indústria de transformação. Em seguida, aparecem gêneros como fabricação de máquinas em geral, siderurgia e metalurgia, veículos automotores, produtos químicos e derivados de petróleo, evidenciando a presença de setores de média e alta complexidade tecnológica na estrutura produtiva do país. Essa composição serve como referência para entender, adiante, de que maneira a estrutura industrial nordestina difere, seja pela especialização em setores menos complexos, seja pela ausência de alguns desses segmentos mais densos tecnologicamente. (TRECE; CONSIDERA, 2023).

Tendo em vista a composição geral da indústria de transformação no Brasil, torna-se relevante examinar como essa estrutura se manifesta nos estados nordestinos. Para isso, o Gráfico 5 compara, em cada unidade da federação da região Nordeste, a participação relativa da indústria de transformação e da indústria extrativa no total da participação da Indústria no Valor Agregado do PIB. Essa distinção é importante porque, em alguns estados, como Sergipe e Rio Grande do Norte, a indústria extrativa assume um peso significativo na economia local, o que pode distorcer a percepção sobre a real capacidade produtiva da indústria de transformação nesses territórios.

Gráfico 5 - Indústrias Extrativas X Indústrias de Transformação - Participação no PIB do Nordeste (média entre 2007 - 2019)



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

Através da análise do Gráfico 5, é possível perceber a predominância quase absoluta da indústria de transformação em relação à indústria extrativa na maioria dos estados

nordestinos, com destaque para o Ceará e Pernambuco, onde essa diferença é ainda mais expressiva. No entanto, a situação de estados como Maranhão, Sergipe e, principalmente, o Rio Grande do Norte, chama atenção, onde a participação da indústria extrativa é significativamente maior que a de outros estados, mesmo que ainda seja menor do que a Indústria de Transformação. Esse comportamento está diretamente relacionado à presença da atividade petrolífera, que exerce forte influência sobre o valor adicionado industrial nessas regiões. No caso potiguar, por exemplo, a exploração de petróleo em terra e em águas rasas tem historicamente sustentado o desempenho da indústria extrativa, distorcendo, em certa medida, a leitura sobre a diversificação industrial do estado. Essa realidade evidencia a importância de separar essas duas categorias para compreender melhor as características e os desafios da base produtiva regional.

De modo geral, os estados nordestinos possuem diferenças consideráveis no perfil da produção industrial. Alguns exemplos já foram citados no presente trabalho. A Bahia, que se destaca por abrigar atividades de maior escala, especialmente na indústria química e petroquímica, concentradas no polo de Camaçari. O Ceará, que se consolidou no setor de calçados e têxteis, sendo o segundo maior polo calçadista do país, com destaque para municípios como Sobral e Juazeiro do Norte. Pernambuco apresenta um perfil relativamente mais diversificado, com presença na indústria de alimentos, bebidas e confecções e, mais recentemente, na indústria automotiva — com o polo da Jeep em Goiana. Estados como Rio Grande do Norte e Alagoas mantêm participação menor no total regional, mas mostram especializações pontuais, como a extração de sal, beneficiamento de pescados e produtos químicos (no caso potiguar) e a indústria sucroalcooleira em Alagoas (IPEA, 2020; IBGE, 2021).

Com o intuito de exemplificar o exposto, os Gráficos a seguir poderão oferecer mais clareza quanto à diferença industrial presente nesses estados, identificando de fato quais setores são predominantes em cada e região.

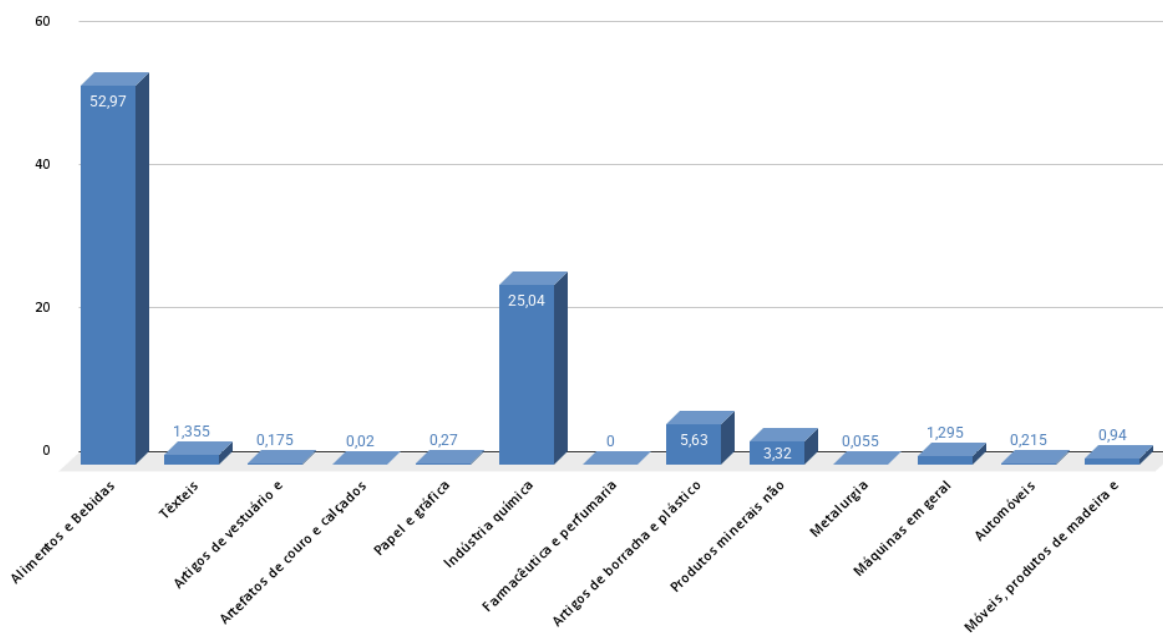
Assim como no Gráfico 5, no Gráfico 6 foi selecionado o total da participação da Indústria no PIB, disponível no SIDRA IBGE - CNAE 2.0 - Pesquisa Industrial Anual e extraído a participação de cada gênero da Indústria de Transformação no total produzido. Os dados tratam do valor médio de 2007 a 2019, segregado em cada uma das nove unidades federativas.

O Caso da Indústria de Transformação de Alagoas

A indústria de transformação em Alagoas é fortemente concentrada em dois segmentos: alimentos e bebidas (52,97%) e indústria química (25,04%). Essa configuração reflete a presença histórica do setor sucroalcooleiro no estado, voltado tanto à produção de açúcar quanto de etanol, além do beneficiamento de alimentos derivados da cana-de-açúcar. No campo da indústria química, destaca-se o complexo cloro-soda operado pela empresa Braskem no Polo Cloroquímico de Marechal Deodoro, cuja produção abastece tanto o mercado local quanto outros estados do Nordeste. O peso desse segmento está vinculado à abundância de sal-gema na região, mineral essencial para a fabricação de derivados químicos (CARVALHO, 2008).

Apesar do destaque nesses dois setores, a base industrial alagoana apresenta baixa diversificação. A presença de gêneros como têxteis, vestuário, calçados e automóveis é praticamente residual, com um pequeno impacto. Ademais, setores com maior densidade tecnológica também estão ausentes. Esse padrão revela uma dependência de atividades tradicionais e recursos naturais, o que torna a estrutura industrial vulnerável a choques setoriais e mudanças regulatórias. O fechamento parcial das operações da Braskem em 2020, por exemplo, acentuou esse risco e trouxe à tona essa fragilidade da dependência industrial concentrada em poucos empreendimentos.

Gráfico 6 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado de Alagoas (2007 - 2019) - %



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

O Caso da Indústria de Transformação da Bahia

O Gráfico 7 mostra que a indústria baiana é a mais diversificada do Nordeste e apresenta sinais de maior complexidade produtiva. O setor de maior peso é o de produtos químicos (24,59%), impulsionado pelo Polo Industrial de Camaçari, um dos maiores complexos industriais da América Latina, que abriga empresas como Bayer, Basf e Oxiten.

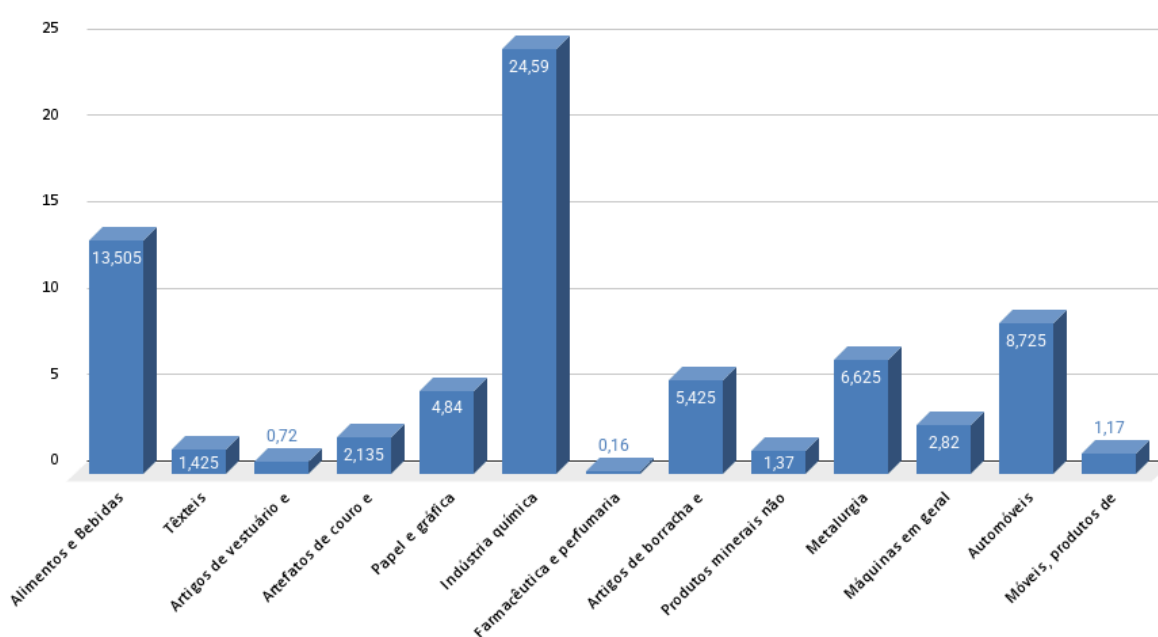
Também é importante destacar empresas como a Peroxy, Novakem e Quimbras que possuem uma relevância enorme, não apenas para o estado da Bahia, mas também para a Indústria química de todo o Brasil.

Além do setor químico, se destaca a participação expressiva da indústria de alimentos e bebidas (13,5%) e de automóveis (8,7%), fator que reforça a pluralidade, bastante visível no Gráfico 7. Um dos grandes marcos da Indústria Automotiva baiana foi a instalação da fábrica da Ford em Camaçari no início dos anos 2000, sendo um divisor da industrialização do estado (DUARTE, 2016).

Além disso, segmentos como papel e gráfica, metalurgia e máquinas mantêm presença relevante, indicando articulações intersetoriais e encadeamentos produtivos mais amplos,

sendo esses setores importantes no funcionamento de alguns setores tecnologicamente mais complexos. Essa configuração produtiva, embora concentrada na Região Metropolitana de Salvador e em áreas específicas como Feira de Santana, garante à Bahia uma capacidade de resiliência superior frente a crises econômicas. No entanto, mesmo com essa diversidade, os desafios permanecem: o estado ainda enfrenta desigualdades intrarregionais profundas e uma frágil articulação com fornecedores locais de menor porte (DUARTE, 2016).

Gráfico 7 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado da Bahia (2007 - 2019) - %



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

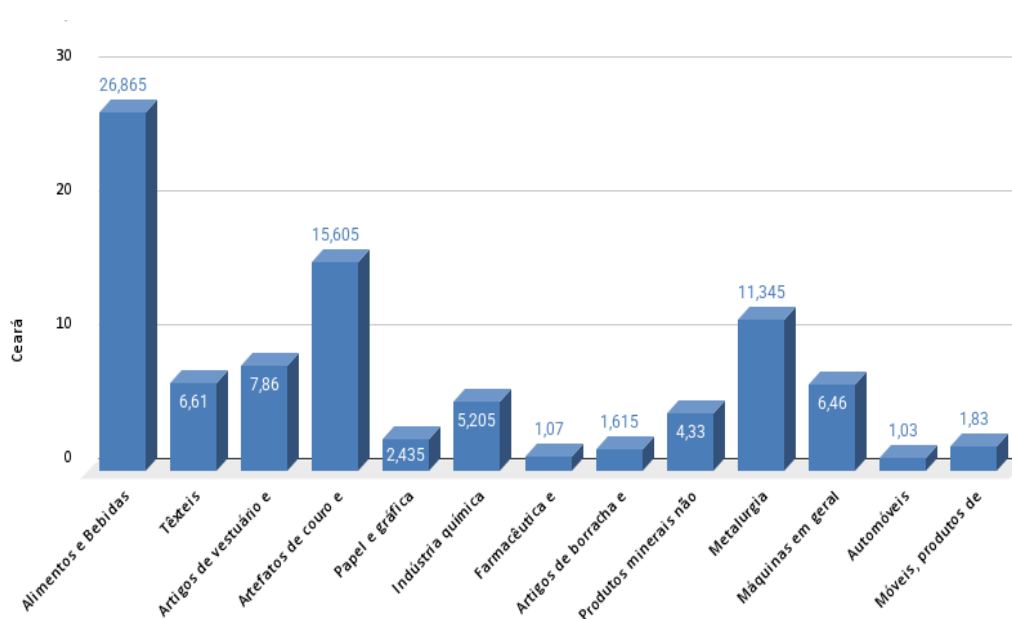
O Caso da Indústria de Transformação do Ceará

O Ceará possui uma base industrial articulada em torno de setores tradicionais, com relativa diversificação, bem superior, se comparada a Alagoas, porém, menor que a da Bahia. O ramo de alimentos e bebidas lidera com 26,86%, seguido por artefatos de couro e calçados (15,6%), metalurgia (11,34%) e artigos de vestuário (7,8%). A indústria de calçados é impulsionada pela presença da Grendene, instalada em Sobral, que constitui um dos maiores polos calçadistas do país. O setor de têxteis (6,6%) também tem papel importante, sobretudo nos APLs espalhados por cidades como Fortaleza, Maracanaú e Quixadá. A concentração em bens de consumo não duráveis está ligada à posição geográfica estratégica do estado e à

existência de zonas de processamento de exportação. (RODRIGUES; BARROS; DO O’DE LIMA JUNIOR, 2017)

Ao mesmo tempo, a indústria cearense apresenta inserção em segmentos de bens intermediários, como a metalurgia (11,34%) e máquinas (6,4%), o que amplia sua capacidade de articulação com outras atividades produtivas, assim como a Bahia, fazendo com que as indústrias mais complexas criem um incentivo para a instauração de outras indústrias de apoio. Essa configuração híbrida entre setores tradicionais e intermediários confere ao Ceará uma certa resiliência produtiva e uma base relativamente diversificada em comparação com estados vizinhos. O esforço de planejamento industrial conduzido pela Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (ADECE) e pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI-CE) contribuiu para atrair investimentos externos e estimular polos regionais com especializações distintas (ADECE, 2020).

Gráfico 8 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Ceará (2007 - 2019) - %



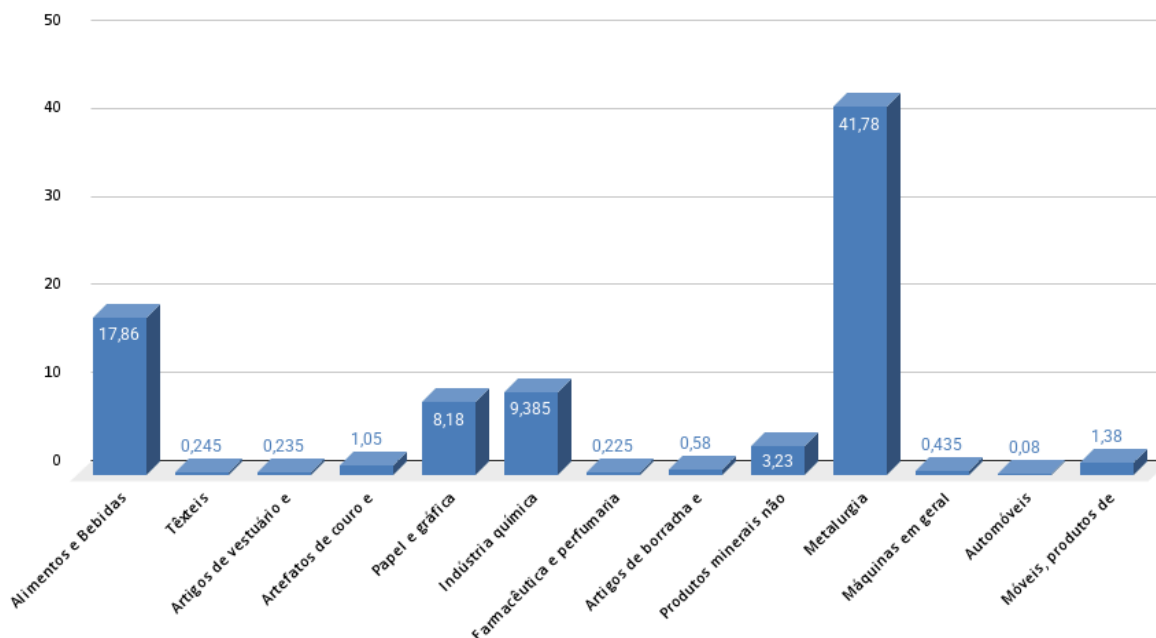
Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

O Caso da Indústria de Transformação do Maranhão

A estrutura da indústria de transformação maranhense se aproxima mais a de Alagoas do que a da Bahia e do Ceará, ela é marcadamente concentrada em poucos segmentos, com destaque absoluto para a metalurgia, que responde por 41,78% do valor adicionado da Indústria de Transformação. Esse número revela o peso de grandes empreendimentos voltados à exportação, como a Alumar, um consórcio industrial que atua na produção de alumínio e alumina, localizado na capital, São Luís. Trata-se de uma indústria com forte dependência do mercado externo e que opera com baixa integração ao tecido produtivo local. Ou seja, embora agregue volume ao PIB industrial do estado, sua capacidade de gerar encadeamentos produtivos internos é limitada, levando ao padrão de enclave industrial frequentemente observado na economia maranhense (OLIVEIRA; DE SOUSA PAZ; ARAÚJO, 2021).

Além da metalurgia, os setores de alimentos e bebidas (17,86%) e indústria química (9,38%) completam a base produtiva estadual, ainda que com menor peso. O setor de alimentos se relaciona, sobretudo, ao beneficiamento de produtos agropecuários, com presença em cidades médias do interior, como Imperatriz e Balsas. O ramo de papel e gráfica (8,18%) está associado à presença da Suzano, que opera com base em extensas áreas de eucalipto plantado no estado. Esses dados indicam que, embora exista uma certa pluralidade setorial, a indústria de transformação maranhense ainda está profundamente ligada a grandes grupos econômicos com foco exportador e fraco enraizamento territorial. Setores como têxteis, vestuário, automóveis e móveis aparecem com peso baixíssimo. A situação evidencia a necessidade de políticas industriais regionais mais territorializadas, que fortaleçam a indústria de menor escala e promovam maior densidade produtiva fora dos grandes empreendimentos (OLIVEIRA; DE SOUSA PAZ; ARAÚJO, 2021).

Gráfico 9 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Maranhão (2007 - 2019) - %



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

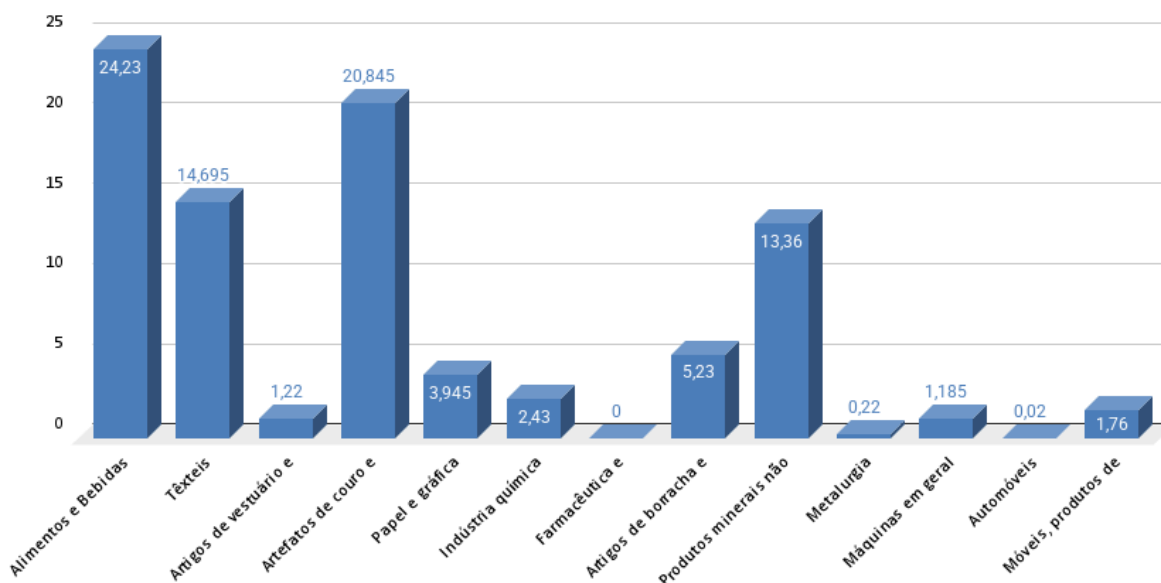
O Caso da Indústria de Transformação da Paraíba

A estrutura industrial da Paraíba tem uma composição típica entre os estados então analisados. Assim como Alagoas, Bahia, Ceará e Maranhão, o setor mais relevante é o de alimentos e bebidas (24,23%). Outros setores que chamam atenção são os segmentos de artefatos de couro e calçados (20,8%) e têxteis (14,7%), sendo o setor couro-calçadista da Paraíba apontado como o terceiro maior exportador do Brasil no ano de 2014, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Outros setores interessantes de analisar na Paraíba são os de Artigos de Borracha (5,23%) e Papel e Gráfica (3,94%), essa configuração está relacionada ao histórico da atividade editorial em João Pessoa e Campina Grande. A cidade de Campina Grande, em especial, abriga iniciativas industriais voltadas à confecção e à indústria leve, além de centros de tecnologia e inovação, como o Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB). (SILVA, 2016).

Apesar da presença desses setores, na Paraíba também observa-se uma baixa participação de segmentos de maior complexidade tecnológica, como máquinas, automóveis e farmacêuticas. O perfil industrial da Paraíba é limitado em escala, mas revela um modelo

mais regionalizado e ligado à lógica de consumo interno, com destaque para APLs e cadeias curtas de produção, ou seja, aquelas produções que possuem poucos intermediários e com pouco alcance geográfico.

Gráfico 10 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado da Paraíba (2007 - 2019) - %



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

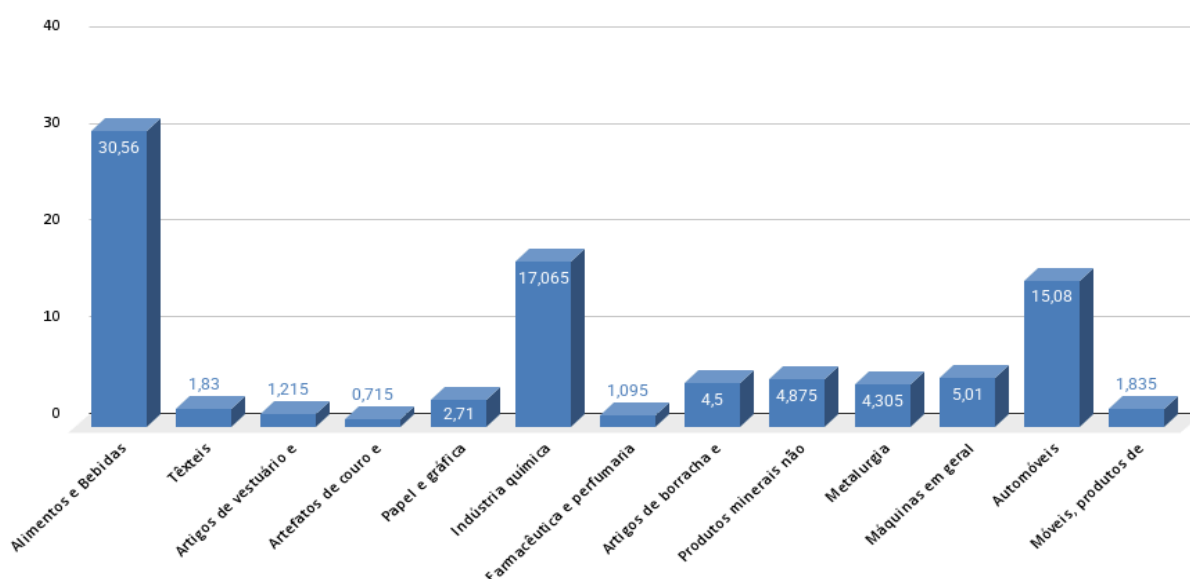
O Caso da Indústria de Transformação de Pernambuco

Pernambuco, tal qual Bahia e Ceará, apresenta uma estrutura industrial relevante e complexa. O setor de alimentos e bebidas ocupa o primeiro lugar (30,56%), refletindo a importância histórica do processamento de alimentos, tanto para o mercado interno quanto para exportação. No entanto, o destaque vai para a indústria química (17,06%) e o setor automotivo (15,08%), que juntos revelam a modernização do parque industrial estadual nas últimas duas décadas. A instalação da fábrica da Jeep em Goiana, em 2015, foi de fundamental importância para o setor automotivo local, atraindo fornecedores e promovendo o adensamento da cadeia automotiva (NEVES, 2017).

Além disso, Pernambuco mostra presença relevante em setores como máquinas (5,01%), produtos minerais não metálicos (4,87%) e artigos de borracha (4,5%). Essa diversidade é fruto das políticas estaduais citadas ao longo deste trabalho, focadas na atração

de investimentos, como o Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) e a infraestrutura logística do Porto de Suape. O modelo de Pernambuco combina incentivos fiscais com zonas industriais bem localizadas e articula o desenvolvimento industrial com investimentos em tecnologia e educação técnica. Apesar dos avanços, os desafios persistem, sobretudo em relação à interiorização do desenvolvimento e à fragilidade dos pequenos fornecedores locais (NEVES, 2017).

Gráfico 11 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado de Pernambuco (2007 - 2019) - %



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

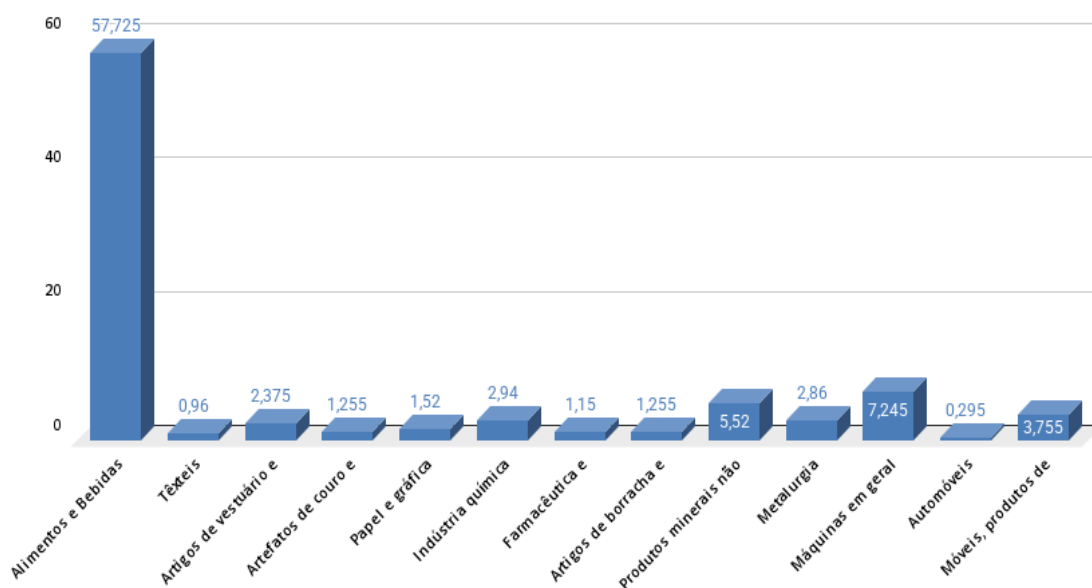
O Caso da Indústria de Transformação do Piauí

Dentre os estados analisados do Nordeste, o Piauí é o que apresenta a maior dependência setorial, que fica claro no primeiro contato visual com o gráfico, sendo essa dependência no setor de alimentos e bebidas (57,72%), o que evidencia um caráter agroalimentar da economia estadual. Trata-se de um setor voltado, majoritariamente, ao processamento de produtos agrícolas de baixo valor agregado, como grãos e derivados da mandioca. Essa configuração demonstra a dependência da economia industrial piauiense do setor primário, com pouca transformação complexa e baixa diversificação, dificultando o processo de incentivo de indústrias de apoio, processo comum quando o estado possui indústrias complexas e tecnológicas. Essa realidade está associada à limitação da

infraestrutura logística e à ausência de centros urbanos com porte suficiente para atrair investimentos de maior escala (VARGAS; DA SILVA NETO; ARAÚJO, 2024).

Alguns setores com participações modestas, porém relevantes, são os de máquinas (7,24%), produtos minerais não metálicos (5,52%) e móveis (3,75%), que sinalizam pequenas cadeias produtivas voltadas à construção civil e ao mercado interno. A baixa expressão de segmentos mais complexos reforça a natureza periférica da base industrial do Piauí. O governo estadual vem tentando estimular a industrialização por meio do Conselho de Desenvolvimento Industrial, mas ainda enfrenta grandes barreiras relacionadas à competitividade, qualificação da mão de obra e capacidade de articulação produtiva e a ainda deficiente infraestrutura estadual. (SDE-PI, 2019).

Gráfico 12 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Piauí (2007 - 2019) - %



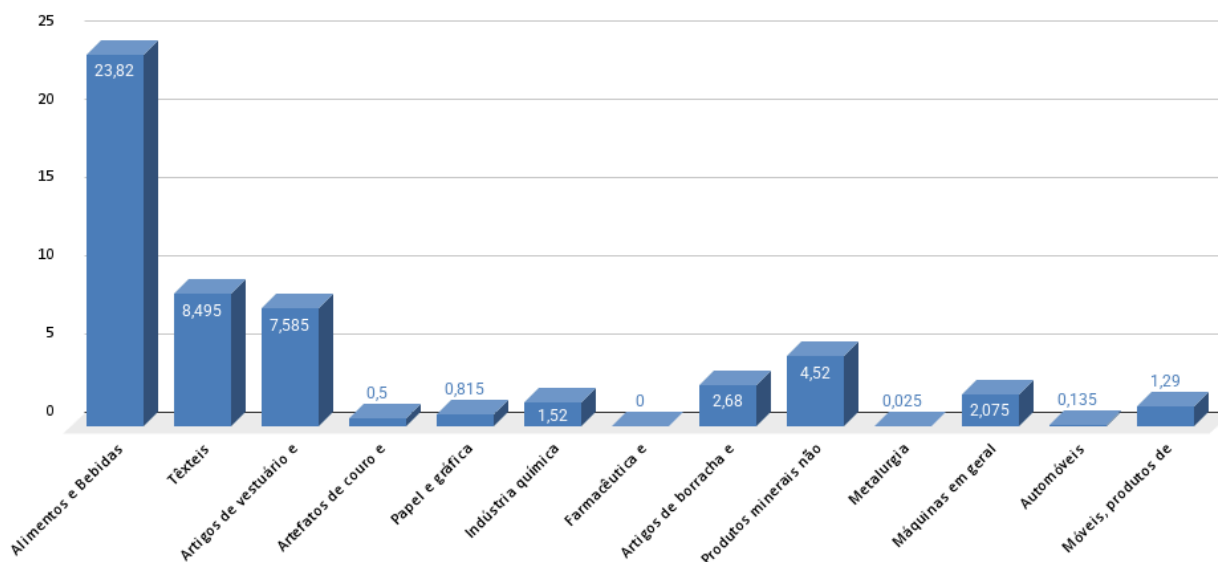
Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

O Caso da Indústria de Transformação do Rio Grande do Norte

Como citado anteriormente, um setor muito relevante no PIB do Rio Grande do Norte é o petrolífero, que eleva consideravelmente a participação do setor extrativo no estado. No que se refere a Indústria de Transformação, o RN apresenta uma base industrial com predominância clara de alimentos e bebidas (23,82%), seguido por têxteis (8,49%) e vestuário (7,58%), o que reflete a força dos arranjos produtivos locais voltados à confecção, especialmente nas regiões do Seridó e Agreste, e da região metropolitana de Natal, com destaque a Guararapes, uma grande empresa da indústria têxtil que tem extrema relevância para o estado. No setor de alimentos e bebidas, empresas como M Dias Branco, 3 Corações, Estivas, AmBev (que tem produção no estado) são extremamente relevantes para composição do PIB. Todavia, tanto o setor de Alimentos e bebidas, quanto o setor têxtil possuem uma forte influência de pequenas e médias empresas na composição total do PIB.

Outros setores, como produtos minerais não metálicos (4,52%), artigos de borracha (2,68%), máquinas (2,075) e móveis (1,29%) indicam uma especialização na indústria da construção civil, semelhante ao que ocorre no Piauí, com destaque para a produção de cerâmica vermelha e cimento. A indústria química (1,52%) e de automóveis (0,13%) têm presença marginal, o que demonstra os limites da inserção potiguar em setores mais complexos. A política de incentivos do estado, por meio do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial, tem buscado atrair empresas, mas enfrenta dificuldades relacionadas à escala de mercado e à infraestrutura logística, além da competição local fomentada pela Guerra Fiscal. Ainda assim, o RN mantém desempenho relevante em segmentos de base, articulando produção regional com mercados do Norte e Sudeste. (MACEDO et al, 2023);

Gráfico 13 - Participação Média dos Gêneros da Indústria de Transformação no Estado do Rio Grande do Norte (2007 - 2019) - %



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

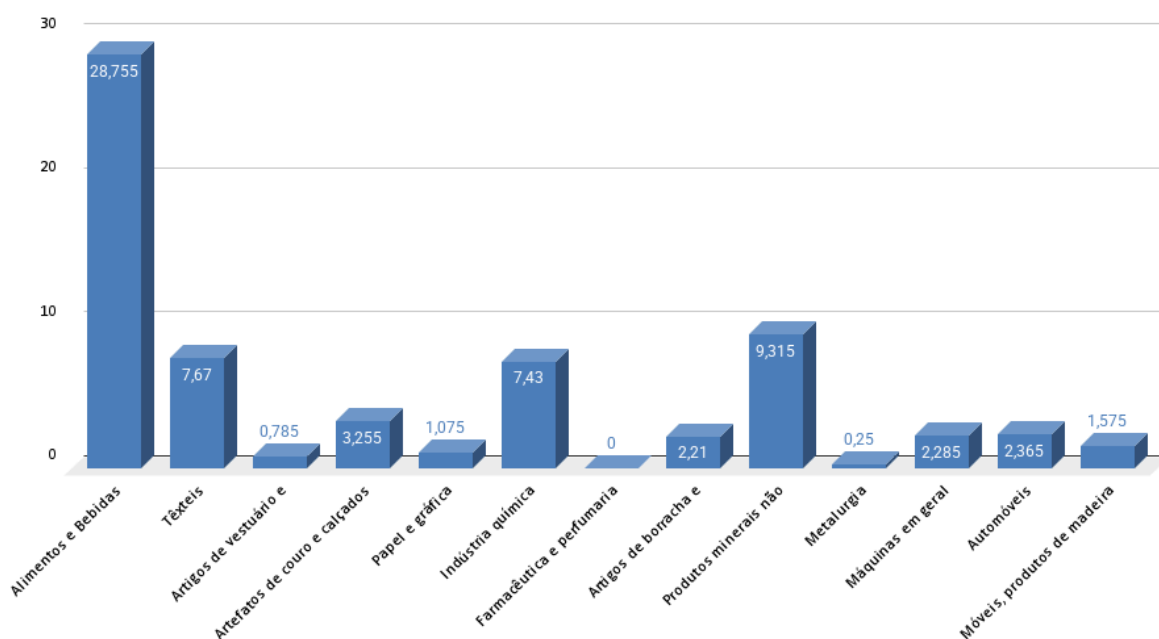
O Caso da Indústria de Transformação de Sergipe

Assim como os demais estados do Nordeste, a indústria sergipana possui uma enorme representação do setor de alimentos e bebidas (28,75%), seguido pelos produtos minerais não metálicos (9,31%), indústria têxtil (7,67%) e pela indústria química (7,43%). A presença do Polo Cloroquímico em Laranjeiras, que inclui empresas como a Unigel, ajuda a explicar o peso da indústria química, que utiliza derivados de gás natural e sal-gema como insumos principais. Esse modelo industrial, ainda que restrito em escala, tem forte ligação com os recursos naturais do estado, o que torna Sergipe dependente de fatores exógenos, como políticas energéticas e a volatilidade do preço do gás natural. (DE MELO; DOS PASSOS SUBRINHO; FEITOSA, 2009).

O setor têxtil (7,67%) é impulsionado por pequenas e médias indústrias localizadas nos arredores de Aracaju. A diversidade de setores, que inclui ainda máquinas (2,28%), automóveis (2,36%) e móveis (1,57%), mostra uma estrutura produtiva relativamente mais plural para um estado de pequeno porte. Ainda assim, os níveis de produtividade e inovação são baixos, e assim como outros estados, conta com um programa de desenvolvimento, o

Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial (PSDI), auxiliando na manutenção da competitividade.

Gráfico 14 - Participação média dos gêneros da Indústria de Transformação no estado de Sergipe (2007 - 2019) - %



Fonte: IBGE - PIA Empresa - CNAE 2.0. Elaboração do Autor. 2025.

A análise da distribuição do PIB da Indústria de Transformação corrobora com as observações já realizadas neste trabalho. A indústria de transformação nos estados nordestinos possui um quadro heterogêneo, marcado por padrões produtivos desiguais e, em muitos casos, por forte concentração em poucos gêneros industriais, com destaque ao de Alimentos e Bebidas. Alguns estados têm maior destaque, como Bahia, Pernambuco e Ceará, com uma maior diversificação setorial e inserção em cadeias produtivas mais sofisticadas. Todavia, estados como Alagoas, Piauí e Maranhão, ainda dependem dos setores tradicionais, fortemente vinculados a grandes empreendimentos com baixa articulação local. Essa assimetria retoma a ideia de que, ao estudar a Indústria da região Nordeste, é necessário realizar diferentes abordagens para o desenvolvimento industrial regional, capazes de considerar as especificidades territoriais e produtivas de cada estado.

Anjos e Souza (2007) já havia atestado que, no que se refere ao grau de diversificação produtiva, o Nordeste apresenta, em média, uma base industrial mais concentrada do que o restante do país. Enquanto em estados como São Paulo e Minas Gerais a indústria é segmentada em diversos subsetores com alta complexidade, no Nordeste ainda predomina a especialização em ramos com baixa integração intersetorial e menor densidade tecnológica. Seu estudo mostra que, mesmo durante o período de expansão industrial dos anos 2000, a concentração em poucos setores impediu o desenvolvimento de cadeias produtivas robustas e limitou a capacidade de inovação regional, como já citado no capítulo 1.

Dados da PIA-Empresa, PIA-Produto e da RAIS mostram que o valor adicionado por trabalhador no Nordeste é inferior ao das demais regiões brasileiras, mesmo em segmentos semelhantes. Em grande parte, isso se deve ao uso intensivo de mão de obra de baixa qualificação, à menor automação dos processos produtivos e à reduzida capacidade de incorporação de tecnologia. Como consequência, a indústria nordestina se insere de maneira limitada nas cadeias nacionais e globais de valor, ocupando, na maior parte dos casos, posições de menor valor agregado e baixo poder de negociação (IBGE, 2021; IEDI, 2021).

A inserção em cadeias de valor mais complexas requer, além de capital tecnológico e humano, políticas públicas de fomento à inovação, infraestrutura de apoio e redes locais de fornecedores. No entanto, boa parte dos investimentos industriais no Nordeste, especialmente os associados à guerra fiscal, concentraram-se em montadoras e grandes indústrias que operam como redutos econômicos, que utilizam o território do estado, mas oferecem um retorno pouco satisfatório à região, no que se refere a criação de laços locais. Essa desconexão dificulta o enraizamento produtivo e perpetua a dependência de incentivos para a manutenção das atividades. A ausência de uma política industrial regional coordenada, após o esvaziamento da SUDENE, agravou essa tendência (DINIZ; GONÇALVES, 2005).

Em resumo, o que foi observado no tópico 2.2, em especial através da análise dos gráficos, é que mais do que um retrato estático, esses dados ajudam a compreender os limites e possibilidades da indústria de transformação nordestina no contexto geral dos últimos anos. Eles mostram que, embora haja experiências pontuais de adensamento produtivo e modernização, a base industrial da região continua muito vulnerável, pouco integrada e exposta a flutuações econômicas. É justamente a partir dessa constatação que se justifica o aprofundamento sobre os impactos das crises econômicas. Entender como esses setores

reagiram aos choques externos é fundamental para avaliar a real capacidade de resistência e renovação da indústria nordestina.

CAPÍTULO 3. IMPACTOS DAS CRISES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NORDESTINA: QUEDAS, RESISTÊNCIA E INTERVENÇÕES

3.1 Impactos das crises econômicas na indústria de transformação nordestina

Após mapear a estrutura da indústria de transformação no Nordeste e evidenciar as desigualdades setoriais e territoriais entre os estados da região, é necessário avançar na compreensão das dinâmicas que influenciaram essa configuração ao longo do tempo. O que se apresenta hoje como uma base produtiva fragmentada, concentrada em setores tradicionais e pouco integrada, não é resultado apenas de escolhas locais ou limitações históricas, mas também das transformações macroeconômicas que impactaram profundamente a indústria brasileira nas últimas décadas. Assim, este subcapítulo se propõe a examinar como diferentes episódios de crise, nacionais e internacionais, afetaram a trajetória da indústria de transformação nordestina, reconfigurando suas possibilidades e aprofundando as suas vulnerabilidades.

A história recente da indústria de transformação no Nordeste é inseparável da instabilidade macroeconômica brasileira das últimas décadas. Diferentemente de regiões com tecido produtivo mais denso e diversificado, o Nordeste depende fortemente de setores vulneráveis à oscilações econômicas, como têxteis, vestuário, alimentos e calçados, com exceção de poucos estados. As sucessivas crises, de natureza cambial, fiscal e sanitária, não apenas provocaram retrações conjunturais, mas aprofundaram um quadro estrutural de fragilidade produtiva regional, cujos efeitos se acumulam com o tempo (BONELLI; PESSOA, 2002).

Nos anos 1990, a abertura comercial e a política de valorização cambial desestruturaram cadeias produtivas em todo o país. No Nordeste, os efeitos foram ainda mais fortes. Empresas locais, com baixa escala e menor produtividade, passaram a concorrer com produtos importados sem contar com mecanismos de proteção ou transição. A indústria têxtil cearense e pernambucana, por exemplo, viu-se pressionada por produtos asiáticos, levando à falência de diversas unidades e ao encolhimento do emprego formal na região (GOMES, 2008).

A ausência de uma estratégia nacional de adaptação à nova ordem comercial deixou estados nordestinos expostos, porém, os resultados da região Nordeste não foram homogêneos, seja em relação a quantidade de estabelecimentos ligados à indústria, seja o número de funcionários formais, como pode ser observado nas Tabelas 3 e 4.

Tabela 3 - Emprego nas Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral por Região e Estado — 1989/97

Região/estado	1989	1997	Variação (%)
Norte	171.672	139.058	-19,0
Rondônia	11.048	17.639	59,7
Acre	2.246	2.681	19,4
Amazonas	87.903	55.094	-37,3
Roraima	580	1.033	78,1
Pará	64.591	53.471	-17,2
Amapá	3.807	5.086	33,6
Tocantins	1.497	4.054	170,8
Nordeste	671.297	555.181	-17,3
Maranhão	22.715	20.781	-8,5
Piauí	13.974	17.181	22,9
Ceará	107.190	116.970	9,1
Rio Grande do Norte	47.635	40.003	-16,0
Paraíba	43.288	41.464	-4,2
Pernambuco	223.473	138.816	-37,9
Alagoas	64.346	64.337	0,0
Sergipe	28.891	21.859	-24,3
Bahia	119.785	93.770	-21,7
Sudeste	4.076.860	2.823.736	-30,7
Minas Gerais	531.679	507.673	-4,5
Espírito Santo	71.109	67.917	-4,5
Rio de Janeiro	604.656	343.859	-43,1
São Paulo	2.869.416	1.904.287	-33,6
Sul	1.246.646	1.121.870	-10,0
Paraná	299.257	326.999	9,3
Santa Catarina	365.068	326.603	-10,5
Rio Grande do Sul	582.321	468.268	-19,6
Centro-Oeste	118.064	173.154	46,7
Mato Grosso	24.065	44.363	84,3
Mato Grosso do Sul	20.764	27.538	32,6
Goiás	57.526	82.068	42,7
Distrito Federal	15.709	19.185	22,1
Total	6.284.539	4.812.999	-23,4

Fonte: RAIS. Elaboração: João Saboia - Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. 2025.

Tabela 4 - Estabelecimentos nas Indústrias de Transformação e Extrativa Mineral por Região e Estado — 1989/97

Região/estado	1989	1997	Variação (%)
Norte	3.584	5.591	56,0
Rondônia	712	1.444	102,8
Acre	129	252	95,3
Amazonas	737	1.038	40,8
Roraima	40	144	260,0
Pará	1.724	2.077	20,5
Amapá	65	132	103,1
Tocantins	177	504	184,7
Nordeste	14.664	23.711	61,7
Maranhão	840	1.115	32,7
Piauí	567	1.018	79,5
Ceará	2.845	5.044	77,3
Rio Grande do Norte	964	1.554	61,2
Paraíba	1.090	2.016	85,0
Pernambuco	3.550	5.048	42,2
Alagoas	589	1.041	76,7
Sergipe	587	1.028	75,1
Bahia	3.632	5.847	61,0
Sudeste	114.496	128.929	12,6
Minas Gerais	22.586	29.880	32,3
Espírito Santo	3.354	5.010	49,4
Rio de Janeiro	19.482	16.593	-14,8
São Paulo	69.074	77.446	12,1
Sul	44.800	60.324	34,7
Paraná	13.642	18.764	37,5
Santa Catarina	11.413	16.959	48,6
Rio Grande do Sul	19.745	24.601	24,6
Centro-Oeste	7.911	12.096	52,9
Mato Grosso	1.814	1.839	1,4
Mato Grosso do Sul	1.648	2.882	74,9
Goiás	3.550	5.892	66,0
Distrito Federal	899	1.483	65,0
Total	185.455	230.651	24,4

Fonte: RAIS. Elaboração: João Saboia - Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. 2025.

Como pode ser visto através da análise das Tabelas anteriormente citadas, apesar do cenário de retração da indústria nordestina nos anos 1990, os dados revelam nuances importantes. A Tabela sobre o emprego nas indústrias de transformação mostra que, embora o Nordeste tenha perdido cerca de 17,3% dos empregos industriais entre 1989 e 1997, esse impacto foi bastante desigual entre os estados. Pernambuco, por exemplo, sofreu uma queda acentuada de -37,6%, seguido de Sergipe (-29,3%) e Bahia (-21,7%), evidenciando o colapso parcial de cadeias produtivas em estados com maior concentração de unidades industriais. Por outro lado, o Ceará registrou um aumento de 9,2%, foi o único estado com mais 100 mil

empregos que apresentou crescimento. O Piauí foi o estado de maior destaque, com 22,9% de aumento, fator esse que pode ser explicado pelo parque industrial do Piauí ter uma grande concentração de consumo doméstico e apresentando menor exposição à abertura do mercado. Esses resultados sugerem que, mesmo em um ambiente adverso, alguns estados conseguiram resistir à crise, seja pela estrutura produtiva menos exposta à concorrência externa, seja pelas políticas de estímulo (SABOIA, 2000).

A Tabela 4 reforça essa leitura ambígua do período, mas com um viés de aumento. Entre 1989 e 1997, o número de estabelecimentos na região Nordeste cresceu 61,7%. O destaque fica com a Paraíba, que quase dobrou o número de unidades produtivas (+85%), e com estados como Ceará (+77,3%) e Bahia (+61,0%), que, apesar da queda no emprego, no caso da Bahia, ampliou sua estrutura empresarial. Esse crescimento pode indicar dois movimentos simultâneos: o fechamento de grandes plantas com alta intensidade de mão de obra e a proliferação de pequenos e médios estabelecimentos. Esse processo de reconfiguração do parque industrial nordestino seria fundamental para sustentar o ciclo de crescimento da década seguinte. O saldo do período, portanto, é mais complexo do que uma leitura exclusivamente negativa: ao mesmo tempo em que houve perda de postos formais e esvaziamento de segmentos tradicionais, emergiu uma base de pequenas e médias unidades que ajudaria a sustentar a recuperação nos anos 2000. (SABOIA, 2000).

Sendo assim, torna-se evidente que a ambiguidade não está apenas na variação do comportamento industrial de cada estado, mas também em cada prisma analisado. Se, por um lado, a queda no número de vínculos formais da indústria nordestina parece desanimadora, por outro, o aumento da base industrial por meio de estabelecimentos de menor porte não é apenas animador, mas também fundamental para compreender o crescimento do PIB industrial na região.

3.2 Estratégias regionais de resistência em contextos de crise

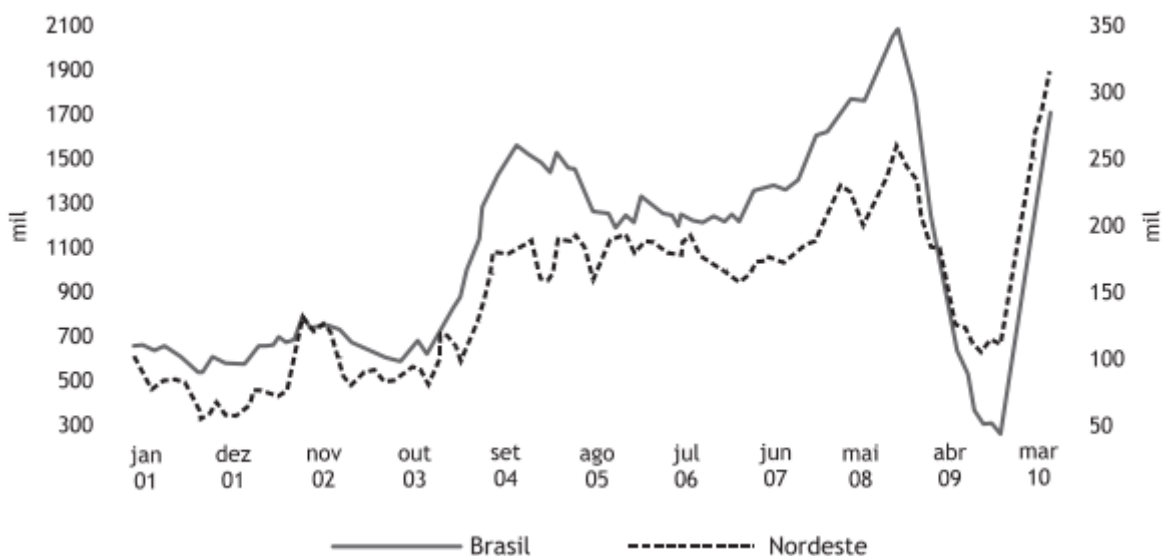
Apesar desse panorama adverso, através da análise do início dos anos 2000, pode-se observar uma recuperação econômica combinada à expansão do mercado nordestino. Políticas de transferência de renda, de manutenção do valor real do salário mínimo e do aumento do crédito ampliaram o consumo de massa, favorecendo segmentos industriais ligados a bens não duráveis. No entanto, esse impulso não se converteu em uma modernização estrutural da indústria nordestina. De modo geral, a base produtiva seguiu ancorada em setores menos

tecnológicos, e o crescimento observado foi mais efeito do ambiente macroeconômico favorável do que resultado de planejamento regional coordenado (PEREIRA; MAIA, 2014).

A crise global de 2008 não provocou um colapso imediato da indústria nordestina, devido às medidas anticíclicas implementadas nacionalmente, como o aumento do crédito público e a manutenção do investimento estatal. Mas esse fôlego foi temporário. O fim do ciclo de commodities, os limites fiscais da União e o desmonte progressivo da política industrial nos anos seguintes atingiram em cheio a indústria regional. A partir de 2014, com a intensificação da recessão e o ajuste fiscal, o setor entrou em trajetória descendente, afetado tanto pela queda da demanda quanto pela retirada de apoios institucionais (BACELAR, 2014).

No Gráfico 15, será possível observar o ótimo desempenho no que se refere a geração de emprego no Brasil e no Nordeste durante o início do século XXI, sendo afetado justamente com a crise de 2008, porém, com uma recuperação quase que imediata em 2010.

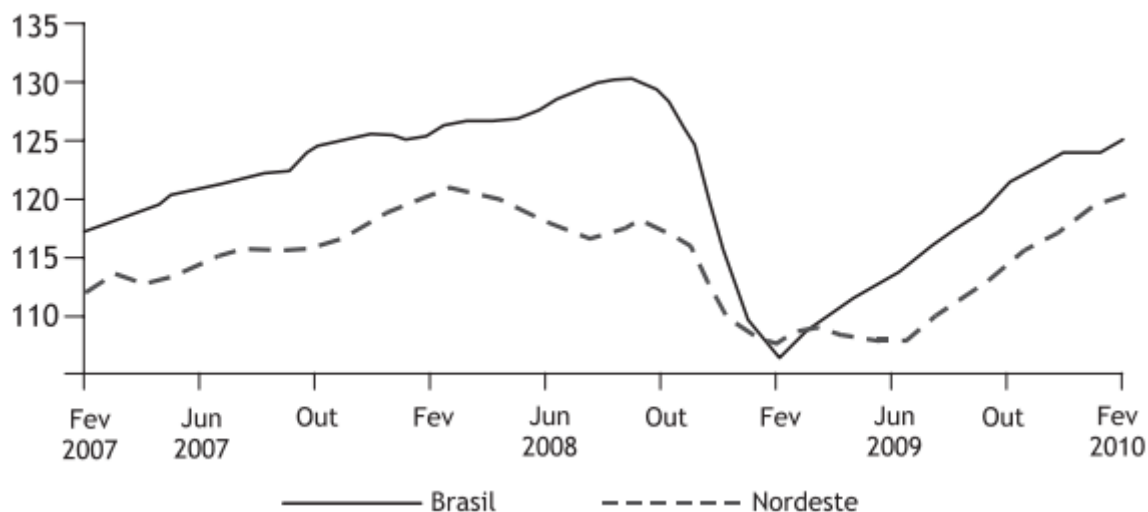
Gráfico 15 - Criação de emprego formal — Nordeste X Brasil (jan./2001-mar./2010)



Fonte: MTE / Hamilton (Bacen). Apresentação do Boletim Regional, maio de 2010. Elaboração: Batista e Bezerra, 2013. Acesso: 2025.

No Gráfico 16, tendo especificamente como ponto de análise o período de um ano antes da crise e um ano após a crise, é possível perceber que a produção industrial do Nordeste iniciou seu movimento de queda antes da produção nacional. Todavia, a queda foi mais sutil e voltou a crescer rapidamente, atingindo o pico anterior no início de 2010.

Gráfico 16 - Produção Industrial, Brasil e Nordeste (fev./2007-fev./2010)



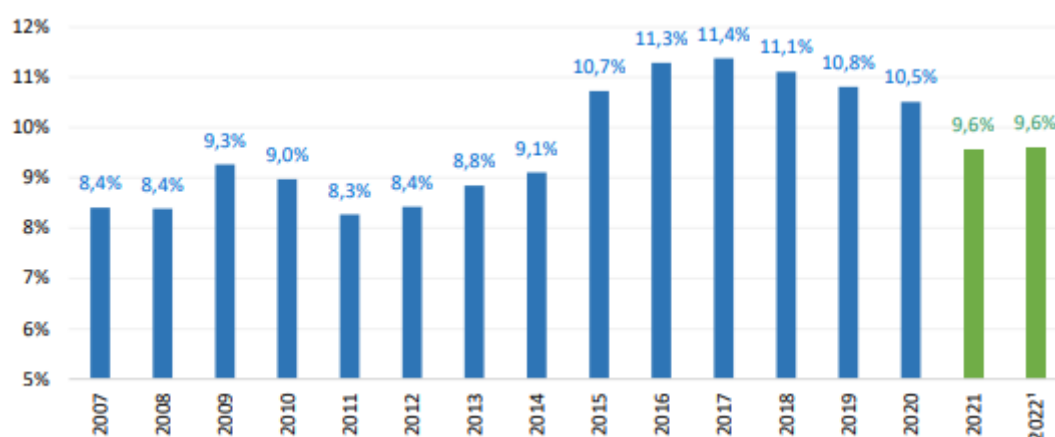
Fonte: Relatório regional do BACEN – Julho/2010. Elaboração: Batista e Bezerra, 2013. Acesso: 2025.

Segundo Batista e Bezerra (2013), alguns elementos que ajudaram a explicar por que o Nordeste brasileiro sentiu de forma relativamente mais branda os efeitos da intensificação da crise econômica e, em alguns casos, conseguiu reagir com maior rapidez foram, por exemplo, a menor inserção da região nas dinâmicas do comércio exterior, o que reduziu sua exposição direta às turbulências internacionais. Além disso, os impactos mais fortes da crise recaíram sobre o setor de bens de capital, altamente concentrado no Sudeste, enquanto o Nordeste, mais voltado à produção de bens de consumo, foi menos afetado. Soma-se a isso o comportamento do consumidor, que, impulsionado por discursos oficiais e por certa estabilidade no mercado interno, manteve níveis elevados de consumo e endividamento mesmo em meio à incerteza.

Outros mecanismos também contribuíram para atenuar os efeitos da crise. Medidas como incentivos fiscais, expansão das linhas de crédito dos bancos públicos, em especial o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e o fortalecimento de políticas de transferência de renda tiveram papel relevante. A abundância de mão de obra de baixo custo e a proximidade de fontes de matérias-primas agroindustriais, como cana-de-açúcar, algodão, frutas, cacau e tabaco, completaram esse quadro. Em conjunto, esses fatores permitiram que parte da indústria nordestina mantivesse sua operação e até mesmo encontrasse espaço para expansão, em especial nos setores de alimentos e têxteis (FARIAS; ARAÚJO, 2013).

Diante desse conjunto de fatores, é possível compreender por que a indústria de transformação nordestina apresentou, em determinados momentos, maior capacidade de resposta diante da crise em relação a outras regiões do país. Através da análise do Gráfico 17 será possível identificar a evolução da participação do Nordeste no valor adicionado da indústria de transformação nacional entre 2007 e 2022, o que permite visualizar os momentos de avanço, estagnação e recuo desse processo.

Gráfico 17 – Participação do Valor Adicionado da Indústria de Transformação Nordestina no Valor Adicionado da Indústria de Transformação Nacional - %



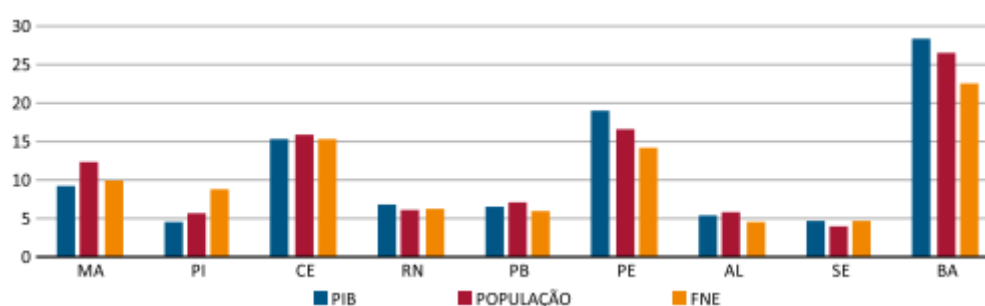
Fonte: IBGE. Elaboração: Trece e Considera, 2023. Acesso: 2025.

Como já observado anteriormente, o Gráfico 17 demonstra que o período pós crise de 2008 foi marcado por avanços e recuos, com uma curva decrescente após 2009, que voltou a emergir em 2015, mas retornando quase que ao mesmo percentual de participação de 2009 em 2022. Entre 2007 e 2014, o índice variou entre 8,4% e 9,1%, com oscilações discretas e certa estabilidade relativa. A partir de 2015, nota-se uma inflexão importante: a participação da região salta para 10,7% e atinge o ápice em 2017, com 11,4%, sugerindo uma resiliência da indústria nordestina diante da crise que se instalava no país como um todo. O crescimento percentual da região no valor adicionado nacional vai ao encontro da análise do Gráfico 16, onde ocorre a retração mais acentuada da indústria nas regiões Sudeste e Sul, especialmente nos setores de bens de capital e insumos industriais, altamente concentrados fora do Nordeste, o que possibilitou o avanço nordestino nesse período.

No entanto, o avanço observado não se sustentou. A partir de 2018, a participação nordestina começou a recuar gradualmente, encerrando 2022 com 9,6%, o que indica uma perda relativa de dinamismo industrial na região. Esse comportamento está associado a um

conjunto de fatores, como: a fragilidade da retomada do investimento produtivo no período pós-recessão, a desaceleração da política de incentivos fiscais nos estados e o enfraquecimento de instrumentos federais de apoio à reindustrialização regional. Ainda que a participação do Nordeste em 2022 permaneça acima do patamar da década anterior, o movimento de retração sinaliza que o crescimento ocorrido entre 2015 e 2017 teve natureza conjuntural e não representou uma mudança estrutural na inserção produtiva regional. (TRECE; CONSIDERA, 2023).

Gráfico 18 – Média da Participação dos Estados do Nordeste (PIB, População e FNE) - 2010-2019



Fonte: BNB e IBGE SIDRA. Gondim, 2020. Acesso: 2025.

Como já citado ao longo do capítulo, um fator de importante consideração na análise do desempenho da indústria nordestina durante a crise é o da participação de incentivos, especialmente em linhas de crédito. A importância de linhas como o do FNE é autoexplicativa através da análise do Gráfico 18, onde é possível observar a correlação entre a participação no PIB e a destinação do financiamento do FNE. Além disso, destaca-se a imparcialidade na distribuição de recursos, onde apenas o estado do Piauí possui uma significativa diferença entre o percentual do PIB e o percentual do FNE.

Na Tabela 5, é possível observar o redirecionamento dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ao longo da década de 2010, com implicações diretas sobre o desempenho do setor industrial. Entre 2010 e 2014, a indústria foi o principal destino dos financiamentos, absorvendo 29,6% dos recursos. No entanto, no período seguinte (2015–2019), essa participação caiu drasticamente para 12,8%. Em contrapartida, setores como o comércio (de 13,7% para 23,0%) e os segmentos agrícola e pecuário também aumentaram significativamente sua participação nos financiamentos. A agroindústria, ainda que com crescimento mais tímido, manteve-se estável. Esse redirecionamento dos fluxos de crédito reflete uma mudança de prioridade institucional e uma

maior aversão ao risco por parte dos agentes financeiros, que passaram a favorecer setores menos sujeitos à volatilidade do ciclo industrial.

Tabela 5 – Participação Percentual dos Setores nos Financiamentos do FNE na Região Nordeste - Período 2010-2014 e 2015-2019

SETOR	2010-2014	2015-2019	VARIAÇÃO (%)
Agrícola	20,7	23,8	15,0
Agroindústria	1,6	1,6	5,3
Comércio	13,7	23,0	67,8
Industrial	29,6	12,8	-56,6
Pecuária	19,5	23,3	19,8
Serviços	15,0	15,4	2,7
Total Geral	100	100,0	

Fonte: BNB (2020). Gondim, 2020. Acesso: 2025.

Essa mudança estrutural no padrão de financiamento representa um obstáculo relevante para a sustentação da indústria de transformação no Nordeste. Ao perder acesso proporcional a uma das principais fontes de crédito de longo prazo da região, o setor industrial viu-se ainda mais limitado para modernizar plantas, incorporar tecnologia e ampliar sua escala produtiva. A retração dos financiamentos ocorre, paradoxalmente, no mesmo período em que o discurso da reindustrialização voltava à cena nacional, mas sem respaldo efetivo em políticas de financiamento regionais. Em outras palavras, mesmo nos momentos em que a indústria nordestina apresentou sinais de vitalidade, como observado entre 2015 e 2017, faltaram os instrumentos estruturais que permitissem consolidar essa recuperação. O que se observa, ao final, é um ciclo de resistência pontual seguido por um esvaziamento gradual, que não decorre apenas de variáveis de mercado, mas de uma orientação de política econômica que tem relegado a indústria regional a um papel cada vez mais marginal dentro do projeto nacional de desenvolvimento (SOUZA, 2020).

3.3 Vestígios de produção em tempos instáveis: a persistência da indústria nordestina

Em meio aos ciclos econômicos marcados por crises e transformações profundas, a indústria de transformação no Nordeste brasileiro não apenas sobreviveu, mas também revelou formas singulares de persistência e adaptação. Este tópico procura destacar os vestígios produtivos que permanecem como testemunhos da resiliência industrial regional, através do resumo de tudo que foi analisado ao longo do Capítulo 3.

Ao investigar como os setores industriais responderam às instabilidades econômicas, políticas e sociais dos últimos trinta anos, evidencia-se tanto a fragilidade de uma base produtiva ainda dependente de segmentos de baixa tecnologia quanto a capacidade local de reorganização e resistência em determinados territórios. Assim, a reflexão proposta busca compreender como, apesar dos tempos instáveis, a indústria nordestina mantém-se presente, configurando um mosaico complexo de desafios e oportunidades que marcam essa trajetória recente. De modo geral, é possível apontar que o Capítulo 3 desta monografia aprofundou uma análise dos impactos das sucessivas crises econômicas sobre a indústria de transformação nordestina, mas também assim como em toda a presente monografia, demonstrou as resistências regionais.

As distintas formas pelas quais as transformações macroeconômicas nacionais afetaram a base produtiva do Nordeste, suas especificidades territoriais, as reações locais e, sobretudo, os limites estruturais que condicionaram a trajetória da indústria nordestina nas últimas décadas, resultaram em uma ainda persistente indústria tradicional. A ênfase recai sobre a forma como essas crises expuseram as fragilidades do setor, mas também sobre os momentos em que se observou capacidade de resistência e reorganização produtiva, criando assim uma dualidade que está presente em todo o estudo sobre a indústria nordestina.

Partindo de um diagnóstico que reconhece a concentração industrial nordestina em setores de baixa densidade tecnológica e escassa inserção em cadeias de valor complexas, ou seja, aquelas que sincronizam diferentes setores e atividades econômicas, o capítulo mostra como essa estrutura se revelou vulnerável à abertura comercial dos anos 1990 e à retração do papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Nesse cenário, o impacto da abertura econômica foi particularmente devastador para o avanço industrial, que, sem políticas de transição, foram incapazes de competir com os produtos importados. Ao mesmo tempo, o esvaziamento de instituições regionais como a SUDENE e a perda de força dos fundos constitucionais de investimento agravaram o processo de desindustrialização, especialmente em estados com base produtiva mais frágil.

Apesar disso, a análise revela que nem todos os segmentos foram igualmente afetados. Setores mais próximos do consumo cotidiano, como a indústria alimentícia, têxtil leve e de vestuário, especialmente os inseridos em APLs, conseguiram manter certa estabilidade, ainda que sob novas configurações. Pequenas e médias empresas voltadas ao mercado regional, com cadeias curtas de produção e flexibilidade para operar com margens reduzidas, demonstraram

maior capacidade de adaptação, como pode ser observado na Tabela 4, com o aumento significativo de estabelecimentos industriais. Além disso, o setor de bebidas e derivados alimentares, voltado ao abastecimento interno, mostrou-se relativamente resiliente, sobretudo em estados como Ceará e Paraíba.

Nos anos 2000, o Nordeste vivenciou um ciclo de retomada industrial, impulsionado pela expansão do mercado interno, pelos programas federais de transferência de renda e pela reativação do crédito público. Foi nesse período que estados como Bahia e Pernambuco se destacaram por apresentar uma base produtiva mais diversificada e tecnologicamente superior. Dois polos amplamente citados ao longo do capítulo foram de fundamental importância para a persistência desses dois estados, o polo petroquímico de Camaçari (BA) e o polo automotivo e farmacêutico de Goiana (PE), além de Suape. Esses são exemplos de investimentos estruturantes que elevaram o patamar tecnológico dessas regiões em relação ao restante do Nordeste. Nesses estados, a presença de grandes grupos empresariais, maior densidade de infraestrutura e demográfica e políticas industriais articuladas contribuíram para sustentar, ainda que parcialmente, um perfil industrial mais complexo e menos vulnerável às flutuações cíclicas.

Com o colapso econômico pós-2014, no entanto, as indústrias foram amplamente afetadas, nem mesmo as que possuíam uma maior complexidade produtiva conseguiram reagir bem à recessão, mostrando assim uma fragilidade do modelo vigente. A queda da produção industrial, o recuo dos financiamentos do FNE à indústria e a retração da política fiscal nos estados comprometeram o ciclo anterior de expansão. Os dados disponibilizados ao longo do capítulo revelam não apenas a perda de dinamismo, mas também a redução da capacidade de recuperação, especialmente entre os setores mais dependentes de incentivos e crédito subsidiado. A indústria de transformação voltou a perder participação no PIB nacional e, em muitos estados, foi substituída por atividades menos complexas, como comércio e serviços de baixa produtividade.

A esse cenário de retração somou-se o esgotamento das estratégias baseadas na guerra fiscal, mecanismo amplamente utilizado pelos estados nordestinos como forma de atrair investimentos produtivos ao longo das últimas décadas. Embora tenha proporcionado a instalação pontual de plantas industriais, sobretudo em áreas com menor densidade econômica, essa disputa por concessões tributárias entre os entes federativos acentuou a fragilidade do modelo de desenvolvimento regional. Os benefícios temporários são inegáveis,

porém, muitas vezes eles são incapazes de garantir a permanência ou o enraizamento das atividades industriais nos territórios. Em tempos de crise, como no pós-2014, os limites desse modelo tornaram-se evidentes: a erosão da base fiscal dos estados restringiu sua capacidade de ação, enquanto as empresas, pouco comprometidas com os contextos locais, não hesitaram em redirecionar investimentos para regiões com incentivos mais vantajosos ou ambientes de negócios mais estáveis, o mesmo que aconteceu em outros períodos de instabilidade ao longo do século. Nesse sentido, a guerra fiscal, longe de consolidar um parque industrial robusto no Nordeste, contribuiu para a volatilidade e vulnerabilidade do setor, sobretudo nas demais unidades produtivas (com exceção de Bahia, Pernambuco e Ceará), que possuíam um menor poder de negociação.

Mesmo assim, apesar de todos os problemas analisados ao longo do capítulo, a indústria nordestina não desapareceu, pelo contrário, encontrou meios de resistir. Em alguns momentos, baseando-se em redes locais de produção, acesso a mercados regionais e uso estratégico de políticas públicas, como financiamentos pontuais do BNB ou incentivos fiscais estaduais. Essas estratégias, embora pontuais e muitas vezes limitadas em escala, revelam a capacidade de reinvenção de determinados territórios e agentes produtivos, que souberam adaptar-se às adversidades com criatividade e resiliência. Iniciativas como as políticas de compras governamentais e o fortalecimento de cadeias curtas voltadas ao consumo interno configuraram respostas concretas diante da ausência de uma política industrial nacional coordenada. Além disso, experiências de integração entre universidades, centros de pesquisa e pequenas indústrias em estados como Ceará e Pernambuco têm mostrado que é possível promover inovação mesmo em contextos de escassez de recursos. (APOLINÁRIO, 2024)

Em diversas regiões, as universidades públicas e institutos federais desempenharam um papel decisivo na articulação entre conhecimento científico e demandas produtivas locais. Projetos de extensão e pesquisa aplicada, voltados para o aperfeiçoamento de processos industriais e para a capacitação técnica de trabalhadores, contribuíram diretamente para aumentar a competitividade de pequenos empreendimentos e modernizar práticas tradicionais. Em comunidades marcadas por laços de cooperação e forte identidade territorial, essa aproximação entre saber acadêmico e saber popular fortaleceu cadeias produtivas regionais, como as de alimentos artesanais, vestuário e produtos químicos de base vegetal, ao mesmo tempo em que estimulou o surgimento de soluções tecnológicas de baixo custo, adaptadas às realidades locais. Tal sinergia entre academia, setor produtivo e sociedade civil evidencia que o desenvolvimento industrial pode emergir também de processos horizontais, construídos a

partir do território e voltados para a valorização das capacidades já existentes. Nesse contexto, a indústria nordestina demonstra que, mesmo em meio a adversidades, há espaço para construir alternativas produtivas mais justas, resilientes e enraizadas nas realidades socioeconômicas da região. (APOLINÁRIO, 2024)

Ao valorizar as potencialidades regionais e fomentar o enraizamento das atividades produtivas, essas experiências apontam caminhos possíveis para um novo modelo de desenvolvimento industrial no Nordeste, mais sustentável, menos dependente de incentivos voláteis e mais conectado com as demandas locais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória recente da indústria de transformação no Nordeste brasileiro revela um campo de contradições, disputas e desafios persistentes. Ao longo das últimas três décadas, o setor se viu exposto a um ambiente econômico profundamente instável, caracterizado por reformas estruturais, ciclos de crescimento desequilibrado, descontinuidades nas políticas públicas e recorrentes crises nacionais. Inserida historicamente em uma região marcada por desigualdades estruturais no acesso ao capital, a infraestrutura e a tecnologia, a indústria de transformação nordestina foi particularmente sensível a essas mudanças, ora experimentando momentos de expansão localizada, ora enfrentando fortes ondas de retração e desarticulação produtiva.

A proposta desta monografia foi investigar essas oscilações a partir de três momentos-chave da história recente: a abertura comercial dos anos 1990, os esforços de dinamização industrial nos anos 2000 e o aprofundamento da crise a partir de 2014. A análise, construída com base em dados empíricos, revisão bibliográfica crítica e interpretações territoriais, demonstrou que a evolução da indústria nordestina não pode ser compreendida fora das mediações históricas e institucionais que moldaram seu desenvolvimento. A ausência de um projeto nacional de industrialização que levasse em consideração as desigualdades regionais, somada à fragilidade das políticas de desenvolvimento regional e à progressiva desestruturação dos mecanismos federais de planejamento, relegou o Nordeste a um lugar periférico dentro da lógica produtiva do país.

A abertura econômica dos anos 1990, implementada de forma rápida e sem estratégias de adaptação, gerou impactos significativos para a base industrial nordestina. A concorrência com produtos importados, aliada à valorização cambial e à desmobilização de instrumentos de proteção produtiva, levou ao colapso de setores inteiros, principalmente os de menor escala. Estados como Pernambuco e Ceará, que haviam consolidado polos têxteis e de calçados nas décadas anteriores, viram seus mercados invadidos por mercadorias asiáticas a preços irrisórios, levando à falência de milhares de pequenos e médios produtores. A retração do emprego formal confirma a profundidade da desestruturação gerada pela liberalização comercial.

Nos anos 2000, uma combinação de fatores contribuiu para uma inflexão na trajetória do setor: crescimento do mercado interno, políticas sociais de redistribuição de renda,

aumento da demanda regional, política de sustentação do valor real do salário mínimo, expansão do crédito e algum grau de coordenação entre estados nordestinos na atração de investimentos. Foi nesse contexto que a indústria de transformação nordestina ensaiou uma recuperação, ancorada em segmentos voltados ao consumo de massa, como alimentos, bebidas, vestuário e têxteis. Ainda que sem alterar profundamente a estrutura produtiva, esse período foi marcado pela geração de empregos formais e pela ampliação de pequenas e médias unidades produtivas, em especial nas regiões metropolitanas e cidades-polo do interior. No entanto, voltou a esbarrar no mesmo problema citado anteriormente: a ausência de uma política industrial articulada e de investimentos em inovação tecnológica. O que limitou os efeitos dessa retomada que se mostrou frágil diante da instabilidade macroeconômica que se seguiu.

A crise iniciada em 2014 e aprofundada nos anos seguintes expôs, mais uma vez, os limites estruturais da indústria de transformação nordestina. A queda da produção industrial, a retração dos financiamentos do FNE, o esvaziamento dos incentivos que partiam do Governo Federal e a desaceleração dos investimentos comprometeram o ciclo anterior de crescimento. Os dados revelam uma redução da participação da região no valor adicionado da indústria nacional e uma concentração ainda maior em setores tradicionais, de baixa complexidade e com baixa integração em cadeias de valor. Estados como Paraíba, Piauí, Sergipe e Alagoas enfrentaram dificuldades adicionais, devido às suas dependências a poucos setores e à fragilidade fiscal dos seus governos estaduais, que limitaram a capacidade de ação diante do colapso.

Apesar desse cenário adverso, o trabalho também demonstra pontos a serem comemorados. Em várias regiões, houve reconfigurações produtivas, mudanças no perfil das unidades industriais e adaptação a mercados regionais. Setores como alimentos, bebidas, têxteis e derivados da agroindústria conseguiram manter níveis razoáveis de atividade, sobretudo em locais onde a produção se conecta com cadeias curtas, com foco no consumo interno e na articulação territorial, podendo ser um problema pela falta de complexidade produtiva, mas, ainda assim é um alento que justifica os dados de aumento do emprego formal. Os arranjos produtivos locais (APLs), apesar de seu alcance limitado, revelaram capacidade de resistência, mostrando que estratégias de enraizamento produtivo ainda têm potencial na região. Da mesma forma, políticas de fomento como o PRODEPE (PE), PROBAHIA (BA), FDI (CE) e PROADI/PROEDI (RN) continuaram funcionando como

mecanismos de atração de investimentos, ainda que com eficiência desigual e preservando preponderantemente a atração de indústrias tradicionais.

Dentre os estados nordestinos, Bahia e Pernambuco se destacam por apresentarem estruturas industriais mais diversificadas e tecnologicamente densas. A existência do polo petroquímico de Camaçari, distrito industrial de Alagoinhas, do polo automotivo em Goiana e da indústria farmacêutica em Suape exemplificam essa diferenciação. Esses territórios, com maior infraestrutura, mão de obra qualificada e presença de grandes empresas, conseguiram manter uma participação mais robusta na indústria nacional, mesmo durante os períodos de retração. Isso evidencia que, quando há acúmulo de capacidades produtivas e políticas públicas consistentes, é possível consolidar nichos de competitividade dentro do Nordeste.

Entretanto, o que se observa de forma mais abrangente é um modelo de industrialização cada vez mais fragmentado, dependente de incentivos pontuais, vulnerável à lógica do capital volátil e incapaz de gerar encadeamentos produtivos estruturantes. A guerra fiscal entre os estados, embora tenha surtido efeitos na atração de algumas empresas, aprofundou a competição interna e comprometeu a construção de estratégias regionais integradas. A ausência de uma política industrial nacional voltada para a correção das assimetrias territoriais contribuiu para consolidar o papel periférico da indústria nordestina dentro do sistema produtivo brasileiro. A descentralização das responsabilidades sem a devida coordenação federativa enfraqueceu os instrumentos de planejamento e retirou capacidade de ação dos entes subnacionais.

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite concluir que a indústria de transformação no Nordeste não é apenas uma vítima passiva dos ciclos econômicos nacionais, mas também um campo de disputa, resiliência e reinvenção. Seus avanços e retrocessos não podem ser entendidos sem considerar a dimensão territorial do desenvolvimento, as disputas políticas em torno da política industrial, e os efeitos cumulativos de décadas de marginalização institucional. A compreensão dessa trajetória é indispensável para qualquer tentativa futura de reverter o processo de desindustrialização e construir um novo ciclo de desenvolvimento produtivo na região.

Mais do que uma retomada quantitativa, o desafio posto para o futuro da indústria de transformação nordestina é o de consolidar um modelo baseado em complexidade produtiva, inovação tecnológica, valorização do território e articulação entre os diversos níveis de

governo. O fortalecimento de arranjos produtivos locais, o investimento em infraestrutura integrada, a reativação de políticas regionais como a SUDENE e a recomposição de instrumentos de financiamento de longo prazo são algumas das estratégias necessárias para a construção de uma base industrial enraizada e socialmente comprometida com o desenvolvimento regional.

Esta monografia finaliza com a constatação de que, em tempos de crise prolongada e enfraquecimento das instituições públicas, a simples resistência da indústria nordestina já representa um gesto político e econômico de grande relevância. Mas a resistência, sozinha, não é suficiente. É preciso um novo projeto, territorial, industrial e democrático, que retire o Nordeste da posição de retaguarda produtiva e o reposicione como ator central no processo de reconstrução econômica do país.

Concluir esta análise é, de certo modo, reconhecer que compreender a indústria de transformação no Nordeste é também tocar nas cicatrizes abertas da história econômica brasileira. É lidar com o que ficou pela metade, com o que se sustentou nas margens, com o que sobreviveu apesar do abandono. Passando por perdas acumuladas e avanços pontuais, o que se revelou ao longo deste percurso não foi apenas um setor produtivo em crise, mas um território que resiste cotidianamente. O Nordeste, com sua indústria reconfigurada e fragmentada, ainda demonstra forças para resistir, mesmo que não seja como uma potência consolidada, mas como uma possibilidade insistente. E talvez resida aí sua maior força: na capacidade de se reinventar diante das adversidades, de encontrar caminhos onde antes parecia não haver. Esta monografia não fecha um ciclo, mas lança um convite à continuidade de pesquisa, de análise, de imaginação política, porque pensar o futuro da indústria nordestina é, acima de tudo, afirmar que ela não terminou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório Anual de Acompanhamento da Política Industrial**. Fortaleza: ADECE, 2020. Disponível em: <https://www.adece.ce.gov.br/>. Acesso em: 23 de maio de 2025.

ALVES, Christiane Luci Bezerra. A industrialização nordestina em perspectiva histórica: limites e desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA (ABPHE), 6, 2005.

APOLINÁRIO, Valdênia. Emprego na Indústria de Transformação Nordestina nos anos 90: foco sobre a Indústria Têxtil, In: III Encontro Regional da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho), Recife-PE, 2000.

APOLINÁRIO, Valdênia. Inovação para o desenvolvimento produtivo e dos territórios do Nordeste: reflexões propositivas. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 26, n. 3, p. 55–68, 2024. DOI: 10.54786/revistaepic.v26i3.22126.

ARAÚJO, Denilson. **Dinâmica Econômica, Urbanização e Metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)**, Recife, 2010.

ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 29, p. 55–77, 1997.

BACELAR, Tânia. **Desenvolvimento regional e financiamento produtivo no semiárido nordestino**. ALIDE – Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento, 2024.

BACELAR, Tânia. Entrevista: a trajetória da política regional brasileira e o papel da Sudene. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, 2015.

BACELAR, Tânia. Nordeste, nordestes: que nordeste? **Federalismo no Brasil: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**, 1995.

BACELAR, Tânia. **Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas**. 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **A cadeia produtiva do alumínio: estrutura e tendências**. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n. 32, 2010.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. 2010.

CARVALHO, Cicero Pericles. **Setor sucroalcooleiro de Alagoas: a ultra-especialização como estratégia competitiva (1990/2008)**. 2008.

CASTRO, Ana Cristina de. Política industrial e guerra fiscal: limites e possibilidades de uma política federativa de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Panorama da Indústria – Nordeste**. Brasília: CNI, 2021. Disponível em: <https://cni.portaldaindustria.com.br/pt/>. Acesso em: 05 de junho de 2025.

DE FARIAS, Dailson Batista; DE ARAÚJO, José Bezerra. O NORDESTE DO BRASIL E A CRISE ECONÔMICA DO INÍCIO DO SÉCULO XXI. **Revista Brasileira de Administração Política**, v. 6, n. 2, p. 113-113, 2013.

DE MACEDO, Luziene Dantas; DE ARAÚJO, Juliana Bacelar; DA SILVA ARAÚJO, Denílson. **PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL no Rio Grande do Norte**, 2023.

DE MELO, Ricardo Oliveira Lacerda; DOS PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto; FEITOSA, Cid Olival. Indústria e desenvolvimento em Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2, p. 331-344, 2009.

DINIZ, Clélio Campolina; GONÇALVES, Reinaldo. Reestruturação produtiva e desenvolvimento: o novo papel da indústria na economia brasileira. **Economia e Sociedade**, Campinas. 2005.

DUARTE, Leandro Batista. Indústria de Transformação da Bahia: algumas evidências das Leis de Kaldor. **Reflexões Econômicas**, v. 2, n. 1, p. 68-85, 2016.

GOMES, Clemente. **Instituições, políticas públicas e planejamento para o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

GOVERNO DO ESTADO DO RN. **Plano de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – Indústria e Comércio**. Natal: SEDEC, 2021. Disponível em: <https://11nk.dev/Ge46i>. Acesso em: 21 de maio de 2025.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Trajatória econômica de uma região periférica**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/1cc503bb43c34896aefbad9462834f0a.pdf. Acesso em: 25 de março de 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Análise estrutural e regional do crescimento da indústria de transformação do Nordeste entre 2005 e 2010**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14554/1/A_politica_nacional_de_desenvolvimento_regional_relatorio2.pdf. Acesso em: 30 de março de 2025.

NEVES, Taynara de Carvalho. **Novas e velhas relações de trabalho na fábrica mais moderna do Brasil: o caso do polo automotivo Jeep em Goiana-PE (2015-2016)**. 2017.

OLIVEIRA, Allison Bezerra; DE SOUSA PAZ, Diego Armando; ARAÚJO, Maria do Rosário Sá. Transportes e dinâmicas econômicas no desenvolvimento do Maranhão. **Geografia (Londrina)**, v. 30, n. 2, p. 91-109, 2021.

RODRIGUES, Ane Caroline; BARROS, Cícera Vivane; DO O'DE LIMA JUNIOR, Francisco. A evolução do mercado de trabalho no estado do Ceará na indústria de

transformação no setor têxtil de 2006 e 2014. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 8, n. 19, p. 46-68, 2017.

SABOIA, João Luiz Maurity. **Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional**. Texto para discussão, 2000.

SANTANA, Geidson. Indústria de transformação do Nordeste (1994-2006): comportamento espacial e aglomerações produtivas. **Revista Econômica do Nordeste**, Bahia, 2007.

SANTOS, Fabiano; SILVA, André Luiz. Desindustrialização, política econômica e guerra fiscal: impactos regionais no Brasil dos anos 1990. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 2010.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO PIAUÍ. **Boletim Econômico e Industrial do Piauí**. Teresina: SDE, 2019. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/orgao/secretaria-de-estado-do-desenvolvimento-economico-sde/>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

SILVA, Walisson Raniery Borges da. **A indústria paraibana: formação, quadro atual e perspectivas quanto ao desenvolvimento sustentável**. 2016.

SOUZA, Jane Mary Gondim de. **Os financiamentos do FNE no Nordeste em períodos de expansão e de recessão econômica**. 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Boletim Regional da Indústria no Nordeste: estrutura, desafios e oportunidades**. Recife: SUDENE, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br>. Acesso em: 08 de maio de 2025.

TRECE, Júlia; CONSIDERA, Cláudio. **Breve retrato econômico da Região Nordeste**. FGV IBRE, 2023. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/system/files/2023-04/td8-breve-retrato-economico-da-regiao-nordeste.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2025.

VARGAS, Juliano; DA SILVA NETO, José Tavares; ARAÚJO, Clarissa Flávia Santos. ESTRUTURA DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO DO PIAUÍ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE DESENVOLVIMENTO. **Revista Tempo do Mundo**, n. 36, p. 459-494, 2024.

VARSANO, Ricardo. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde?** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1997.